



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *30 de junho de 2018* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, estão a faltar ainda, se não estou em erro, dois deputados do CDS-PP. De qualquer das formas, como já são nove horas, nós vamos iniciar os trabalhos.

E vamos começar, então, pela Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de 26 de abril de 2018. Quem vota contra? Quem se abstém? A Sra. Deputada não vota. Aprovada por unanimidade, com uma (1) abstenção.

De seguida, passamos à tomada de posse dos substitutos legais.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos trinta dias do mês de junho de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, perante mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, compareceu o Sr. Leonardo João Castro Machado, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, portador do cartão de cidadão n.º 138588635ZY7, válido até 05.03.2022, e contribuinte n.º 243907060, que fazia parte das listas do PS nas eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017, e que face ao pedido de justificação de falta apresentado por Nelson Toni Moreira Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, candidato pela mesma lista, foi indicado como seu substituto legal nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando assim posse como substituto legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração. Verificada a legitimidade do mesmo e a sua identidade, o Presidente da Assembleia Municipal, depois de prestado juramento legal, considerou-o investido nas respetivas funções. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata de posse que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo empossado e por mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, que o redigi.

--- Leonardo Machado (Substituto legal do Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

De seguida, passarei a ler o termo de posse de um membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, para preenchimento de vaga por ausência inferior a trinta dias.

Aos trinta dias do mês de junho de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do cartão de cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, NIF n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente, Maria Estela Vieira Freitas, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal,



declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

De seguida, vamos dar posse a membros do Conselho Municipal de Segurança que ainda não tinham tomado posse.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos trinta dias do mês de junho de 2018, nesta cidade de Marco de Canaveses e no edifício dos Paços do Concelho, perante o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Francisco Vieira, compareceram os seguintes cidadãos, de acordo com o estipulado no art.º 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, e republicada em anexo na Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, para tomarem posse perante a Assembleia Municipal como membros do Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, nos termos do art.º 9.º da Lei supracitada, para o mandato 2017-21.

Chamo, então, o Comandante em suplência do Posto Territorial da GNR do Marco, 1.º Sargento Luís Miguel Monteiro Gomes.

--- Luís Gomes (Comandante em suplência do Posto Territorial da GNR do Marco) ---

Eu, Luís Miguel Monteiro Gomes, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Chamo o Presidente da Direção da Delegação de Alpendorada da Cruz Vermelha Portuguesa, Mário Manuel Brás Barbosa.

--- Mário Barbosa (Presidente da Direção da Delegação de Alpendorada da Cruz Vermelha Portuguesa) ---

Eu, Mário Manuel Brás Barbosa, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Chamo a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Marco de Canaveses, Dra. Paula Fernanda Fernandes Matias.

--- Paula Matias (Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Marco de Canaveses) ---



Muito bom dia. Eu, Paula Fernanda Fernandes Matias, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 1.3**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ora, quem pretende inscrever-se, por favor? Ora, estão inscritos o Sr. Abílio, Miguel Queirós, Mário Luís, Celso Santana, Gil Rodrigues e a Dra. Susana, penso que é isso. E o Luís Vales. Não há mais ninguém? Os membros do Conselho Municipal de Segurança que tomaram posse podem ausentar-se, e muito obrigado.

--- Abílio Castro (Presidente J.F. Constance, PS) ---

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros colegas Presidentes de Junta e deputados desta Assembleia, comunicação social, público e estimados Marcoenses que estão lá em casa.

Sra. Presidente, tinha duas questões a colocar. Queria saber a situação do Parque de Lazer, como está esse processo, que foi uma promessa eleitoral da Sra. Presidente, esse processo que tem a ver com a Infraestruturas de Portugal, da Estação da Livração, queria que desse um *feedback* sobre essa situação.

Outra questão prende-se também com a zona industrial de Constance. Também há um compromisso para os Marcoenses – não é para Constance, é para os Marcoenses e não só. Ainda ontem recebi uma chamada de um senhor de fora do concelho que está interessado em investir em Constance, na zona industrial. Temos lá um potencial muito grande, que é bom para Constance e para o concelho. E também tive conhecimento que há um processo também com a Infraestruturas de Portugal para fazer os melhoramentos na saída, e não só, também com as infraestruturas básicas que vão dar acesso à zona industrial. Sei que houve algum desenvolvimento, mas queria também, perante esta Assembleia, que me desse um *feedback* sobre o assunto.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra de seguida ao Sr. Deputado Miguel Queirós.

--- Miguel Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadores e Manhuncelos, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros Presidentes de Junta, público e comunicação social:

A intervenção que hoje trago aqui refere-se à relação da Câmara Municipal com as associações do concelho. Ouvei há uns meses o Presidente da LIMFA exigir à Câmara Municipal o valor de quinze mil euros (15.000€) para a assinatura do subsídio à sua associação. Fez várias intervenções públicas a criticar o Executivo, e há pouco tempo vi este mesmo Presidente, que



dizia que não assinava um protocolo com valor inferior a quinze mil euros (15.000€), a assinar este mesmo protocolo. Queria saber se a Câmara Municipal cedeu às suas pretensões – do referido Presidente – ou se o representante da LIMFA mudou de opinião, e se assim fez um pedido de desculpas público.

O segundo assunto refere-se à relação da Associação das Coletividades do Marco, isto porque no dia 27 de maio, enquanto andava pela cidade, ouviu-se um representante a criticar de forma muito afincada o Executivo da Câmara Municipal. Pretendia saber o que se passou, e queria deixar um conselho aos Presidentes das associações do concelho: o tempo de campanha eleitoral já terminou; está na hora de começarem a trabalhar com as pessoas que a população do Marco de Canaveses elegeu de forma democrática. E dizer mais: se os Presidentes das associações que tomam estas posições utilizam as associações com objetivos políticos e pessoais, estes deviam pensar se são as pessoas mais acertadas para estar a defender estas associações, ou se não, deviam pensar se são as pessoas para estar nessas posições.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, dou a palavra de seguida ao Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social e Exmo. Público aqui presente:

Permitam-me começar por saudar o novo vereador, e desejar que faça um bom trabalho em prol do nosso concelho. De facto, a minha terra está aqui muito bem representada em qualidade e quantidade.

Falou-se agora em associações, e eu gostaria de, genericamente, fazer aqui um elogio ao associativismo, às associações e coletividades, quer na área desportiva, quer na área social, em todas as outras áreas, porque na generalidade são coletividades que vivem de carolice, de pessoas, naturalmente que teremos algumas exceções e poderão acontecer situações de algum oportunismo, mas a regra não é essa, a regra é mesmo uma grande dedicação do seu tempo, de sacrifícios pessoais para promover o bem-estar das populações através das coletividades – e quem passa pelo dirigismo desportivo sabe muito bem o que isso custa. Portanto, um elogio a dirigentes, treinadores, atletas, e todos aqueles que os acompanham.

O associativismo no Marco de Canaveses, penso que poderia estar naturalmente melhor, mas acho que é forte; tem ainda caminho para percorrer, e nós somos – não consigo estar atento a todas as áreas, mas acho que somos até uma terra de campeões em várias áreas. Ao longo dos anos, temos conseguido isso, desde pesca até outras áreas. Recentemente, temos em atletismo, salvo erro, uma campeã de montanha, na área do *kickboxing*, em atletismo em cadeira de rodas, temos vários exemplos. Eu sinto, naturalmente – e cinjo-me mais à zona que conheço, e sinto um grande orgulho por ter feito parte do começo do lançamento do andebol na nossa terra. Sinto-me, naturalmente, muito orgulhoso porque é uma coletividade que tem promovido a nossa região e, naturalmente, se me permitem, eu iria aqui apresentar um voto de louvor do seguinte teor:



“A Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada (ARCA) tornou-se, desde a sua fundação, em 1972, numa das mais importantes coletividades da região, tendo desempenhado nessa altura um papel fundamental na promoção da cultura e recreio no Baixo Concelho. Mais tarde, alargou a sua atividade à área desportiva, abraçando o karaté, o futsal e, a partir de 1988, o andebol. O futsal serenamente foi-se mantendo, e o andebol, passo a passo, foi crescendo. Integrando cerca de duas centenas de atletas de todos os escalões competitivos, a ARCA é hoje um dos mais importantes clubes nacionais de andebol feminino, contando no seu palmarés com vários títulos regionais e nacionais, e constantes chamadas às seleções regionais e nacionais de atletas da sua formação.

Confirmando a sua vitalidade, a Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada realizou uma época brilhante, recheada de títulos. As equipas de andebol feminino conquistaram dois títulos nacionais – infantis e seniores (que foram campeãs nacionais da 2.ª Divisão, com subida ao primeiro escalão); quatro títulos regionais – nos escalões seniores, juniores, iniciados e infantis – e uma Taça da Associação de Andebol do Porto, com a equipa das Iniciadas B. Além disso, o clube sagrou-se Vice-campeão nacional nos escalões iniciados e juvenis e Vice-campeão regional da 2.ª Divisão em iniciados B, tendo as juniores conquistado o quinto lugar nacional.

Pelo exposto, propõe-se a atribuição de um voto de louvor à Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada (ARCA), pelos valorosos feitos conquistados, fruto do excelente trabalho desenvolvido em prol do desporto concelhio.”

Se me permitem – e, naturalmente, abrange as áreas que me tocam mais – queria apresentar aqui um outro voto de louvor a um cidadão, que não sendo do Marco de Canaveses, desenvolve a sua atividade desportiva no Marco de Canaveses.

“Joaquim Santos, veterano canoísta do Ginásio Clube de Alpendorada, tem já um longo percurso de dedicação ao desporto e dedicação à modalidade que um dia decidiu abraçar. O clube que o acolheu orgulha-se certamente de poder contar com um atleta e treinador que, pelo seu exemplo, se constitui como um verdadeiro modelo para os mais jovens. Apesar da sua extensa carreira desportiva, premiada com inúmeros troféus e títulos, continua motivado e embalado para grandes conquistas, tendo-se sagrado em 2017 campeão nacional de veteranos em canoagem nas variantes de maratona e de velocidade. Em 2018, obteve o terceiro lugar na Taça do Mundo de Maratona – 2018 Canoe Marathon World Cup, o segundo lugar na Taça de Portugal de Maratona e o primeiro lugar na Maratona Internacional de Crestuma.

Pelo exposto, propõe-se a atribuição de um voto de louvor ao atleta e cidadão Joaquim Santos.”

Permitam-me só, para terminar, Sr. Presidente, dar nota de que o Agrupamento de Escolas de Alpendorada realizou, no passado dia 8 de junho, o seu Sarau Desportivo, que já não realizava há algum tempo. Agradecer, naturalmente, o apoio prestado, quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara, e também a todos aqueles que lá estiveram presentes.

Eu gostaria, só para terminar mesmo agora, de lançar um alerta – porque há situações que, de vez em quando, nos vão chamando à atenção, e eu vou procurando fazer isso, quer com os meus filhos, quer com os meus alunos, e pronto, algo que aconteceu, ainda ontem ouvi uma



notícia dessas, mas alguém próximo – um alerta aos peões, porque acho que só fazemos alertas aos condutores, e às vezes fazemos dos condutores como alguns assassinos que andam na estrada. E nós temos frequentemente notícias de atropelamentos nas passadeiras. E o alerta que eu faço é precisamente aos peões, porque eu estou convencido que mais de noventa por cento (90%) desses atropelamentos podiam ser evitados se os peões cumprissem as regras que estão até estabelecidas no Código da Estrada, de prevenção, ao entrar nas passadeiras, porque, salvo erro, o art.º 101.º diz que o peão só deve entrar na passadeira verificando que a viatura que vem, a velocidade lhe permite a paragem, para não ser atropelado. Aquilo que eu ensino aos meus alunos e aos meus filhos é que aguardem – o carro tem obrigação de dar passagem aos peões, mas o peão não deve fazer daquilo uma autoestrada, e vão pelo passeio e viram repentinamente para as passadeiras – que aguardem que o carro lhe dê passagem. Não é conveniente desafiar um monstro daquela natureza, e depois as consequências são, de facto, graves, e eu tenho situações próximas que já aconteceram.

Sr. Presidente, muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu proponha a votação de imediato dos dois votos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados por unanimidade.

Ora, dou a palavra de seguida ao Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sra. Presidente de Câmara, o seu Executivo, caros deputados, colegas Presidentes de Junta, comunicação social:

Mais uma vez, não poderia deixar passar em claro esta oportunidade para agradecer à Câmara Municipal aquilo que nós, na Freguesia do Marco, já há muito tempo ansiávamos, que era a intervenção nas obras do JI de Vila Verde, que realmente já há muito tempo tinha sido pedida, e finalmente foi feita essa intervenção. Queria agradecer, em nome do Executivo da Junta de Freguesia do Marco e de todos aqueles que usufruem daquelas instalações, principalmente as crianças, que ficaram com muito melhores condições.

Dizer também, e agradecer também aquilo que já foi feito, porque a expectativa é muito grande, e ouve-se nos corredores e nas ruas que ainda nada foi feito. Há muita coisa que já foi feita que não se nota, não é obra de grande dimensão, mas já fizemos muitas coisas que, realmente, foram ao encontro daquilo que era o anseio das nossas populações. Tínhamos muitas situações de pequenas obras de proximidade que já foram feitas, como por exemplo, colocação de caixotes do lixo, ecopontos, substituição de postes, de lâmpadas e outras situações de pequena dimensão que foram feitas, pelo menos na Freguesia do Marco, onde nós, Executivo da Junta de Freguesia, temos estado atentos e temos chateado o Executivo e os técnicos da Câmara Municipal para trabalharem nesse sentido.

Sei também que as obras de proximidade estão em fase de arranque, na Freguesia do Marco já fizemos algumas intervenções daquilo que serão, mais tarde, as pavimentações, como regularização da caixa para assentamento de cubos. Portanto, acho que estamos no bom



caminho, muito breve haverá uma outra imagem e uma outra ideia do trabalho que está a ser feito por este Executivo. Um bem-haja ao Executivo da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra de seguida ao Sr. Deputado Gil.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exma. Vereação, caros colegas Marcoenses, comunicação social:

Eu venho só questionar se há alguma evolução em relação ao requerimento que eu fiz na Assembleia Municipal de fevereiro, sobre a legalidade da faturação da empresa Águas do Marco – se houve alguma evolução, porque não tive *feedback* nenhum – saber se, de facto, se conseguiu averiguar alguma coisa.

Depois, dar os parabéns, em nome pessoal, à organização do povo de Alpendorada em relação às Marchas, porque, de facto, é notável a população envolvida numa atividade tão nobre e cultural.

Depois, fazer aqui uma nota e dar os parabéns e uma palavra de apoio aos Presidentes das associações do nosso concelho, porque trabalhar de borla, gratuitamente, em favor do povo não é para qualquer um. E acho que é legítimo, a qualquer um deles, pedir o máximo para a associação deles, para conseguir fazer mais ainda pela população.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra à Sra. Deputada, Dra. Susana Loureiro.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Secretários da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Exma. Comunicação social e público, caríssimos Marcoenses:

O assunto que me traz aqui prende-se com o problema da água e do saneamento, e com a sua complexa envolvência, que muito se tem ouvido falar em geral, mas que urge ver esclarecidos alguns aspetos.

Se é certo que já muito foi feito pelo anterior Executivo no que concerne à criação de infraestruturas na rede de água e saneamento, muitas das quais concluídas no decurso inicial do mandato de V. Exas., estaremos também de acordo que muito há ainda a fazer, pelo que teremos ainda um longo caminho a percorrer para satisfazer cabalmente as necessidades das nossas gentes. É inegável que a água e o saneamento básico são essenciais e bens primários do nosso tempo, os quais deveriam já estar acessíveis a toda a população Marcoense, quer por razões de dignidade humana, quer por razões de saúde pública. Estou certa que V. Exas.



estarão, como sempre, atentos e serão sensíveis a esta necessidade, tal como se comprometeram com os Marcoenses, trabalharão com empenho e afinco no sentido de – e gostei desta expressão – mesmo mostrando aos Marcoenses que são capazes de fazer diferente, tal como referido pela Presidente de Câmara em entrevista ao jornal A Verdade de 26 de outubro de 2017, continuarão, tal qual o anterior Executivo, a pugnar por dotar o município de maiores valências no que a esta carência se reporta. E utilizei esta frase, Srs. Doutora, porque normalmente as mulheres têm uma sensibilidade especial, e sei que V. Exa. a terá. Se V. Exas. herdaram uma herança pesada que não podem repudiar, ou seja, que não podem renunciar, um processo complexo no que concerne ao contrato de concessão deste bem essencial, não podemos negar também que essa mesma herança já havia sido deixada ao anterior Executivo. Se discordâncias poderão existir no que à estratégia adotada da resolução deste problema da água e do contrato de concessão diz respeito, penso que já quanto à seriedade intelectual de quem as tomou e à bondade das mesmas – e quando digo “bondade das mesmas”, refiro-me ao efeito útil que as pessoas, com essas mesmas decisões, visavam alcançar – salvo o devido respeito, não merecem qualquer reparo.

Mas, a verdade – e é inegável, e não pudemos passar em branco, nem por cima – é que V. Exas. têm um *dossier* dotado de extrema complexidade jurídica e financeira, mas que certamente vão estar à altura para o resolver, quer de forma rápida para o município, quer o menos lesiva em termos financeiros, objetivos estes, Sra. Doutora, que partilhamos e que esperamos, para o bem da nossa terra, que sejam alcançados no vosso mandato, pois acima de tudo deve estar a nossa preocupação e o nosso esforço conjunto em assegurar melhores condições de vida para a população Marcoense.

Certamente, entendo eu, que estaremos todos de acordo quando ousar dizer que este é um problema de todos, que nos preocupa a todos, e que devemos lutar em conjunto por alcançar uma solução. E nós, Grupo Municipal do PSD, Sra. Doutora, Srs. Vereadores, estamos disponíveis e queremos contribuir para a solução. É certo, Sra. Doutora, que quase oito meses de mandato é muito pouco tempo, quase nenhum, para solucionar um problema de tal dimensão, e desengane-se quem pensar o contrário. Só quem não conhece as lides de um processo jurídico complexo é que afirma ou tem o atrevimento de pensar diferente, pois se fácil fosse, já estaria solucionado. No entanto, Sra. Presidente, e atendendo a que V. Exa. terá referido em campanha eleitoral, nomeadamente numa entrevista que deu, se não me falha a memória, à Rádio Clube de Penafiel, estar munida de um pré-acordo, poderá V. Exa. partilhar com os Marcoenses qual o conteúdo, os contornos desse pré-acordo, esclarecer se o mesmo se reportava ao diferendo judicial que tem por objeto o contrato de concessão ou dizia respeito à sua promessa eleitoral – que sei que irá cumprir – de isenção de taxas de ligação e saneamento à rede pública, problema com que se tem defrontado um crescente número de Marcoenses, muitos dos quais sem recursos económicos para custear os valores que lhes são exigidos a esse título, poderá V. Exa. partilhar connosco as diligências que têm sido feitas no sentido de consolidar e concretizar o alegado pré-acordo que dizia ter em acordo definitivo? E finalmente, por que terá referido na última Assembleia Municipal que já poderia estar com capacidade para trazer a esta sessão boas novas relativamente ao *dossier* das águas, perguntava a V. Exa. se já tem algumas boas novas para partilhar connosco.

Reitero apenas, Sra. Doutora – e nunca será demais fazê-lo – que para esta causa, atrevo-me a dizer, uma das grandes causas para a nossa terra, Marco de Canaveses, podem contar com o



empenho do Grupo Municipal do PSD e com o meu empenho pessoal, caso assim o ache necessário.

Não queria acabar a minha intervenção sem felicitar o Sr. Vereador António Dias. Desejo-lhe muita sorte, porque trabalho vai ter pela frente, com certeza.

Muito obrigada pelo tempo que me concederam.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Ora, dou a palavra de seguida ao Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, estimado público, comunicação social, Marcoenses:

Eu, antes de mais, gostaria de apresentar aqui um voto de pesar, que é subscrito por todos os Grupos desta Assembleia Municipal, pela Sra. Presidente da Câmara, pelo Executivo e também pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. E passaria a lê-lo, se me permitisse, Sr. Presidente.

“É com profunda tristeza que o Grupo Municipal do PSD – Partido Social Democrata assinala o falecimento do Dr. Amadeu Carlos Marramaque Encarnação, ocorrido no passado dia 21 de maio de 2018. Por ocasião da sua morte, importa salientar a dimensão humana, profissional e cívica deste cidadão Marcoense e fazer memória da sua vida pública.

Consideramos, em primeiro lugar, as funções desempenhadas como Presidente da Comissão Administrativa e da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, liderando o município nos primeiros anos de afirmação do Poder Local Democrático após 1974, bem como enquanto membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses e Presidente da Assembleia de Freguesia de Tabuado, cargos que desempenhou de forma nobre e com reconhecido mérito, contribuindo de forma inegável para o desenvolvimento do nosso concelho.

A sua carreira e dedicação à causa pública assinala ainda a participação empenhada na vida associativa, nomeadamente em prol do desenvolvimento do mundo rural e da valorização da agricultura e da floresta, a que se dedicou por muitos anos, com obra realizada na Casa do Povo de Tabuado, na Cooperativa Agrícola do Marco de Canaveses, na Adega Cooperativa do Marco de Canaveses e na Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, organizações de produtores das quais foi Presidente da Direção em vários mandatos.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, na sua reunião ordinária de dia 30 de junho de 2018, delibere:

1. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Dr. Amadeu Carlos Marramaque Encarnação, guardando um minuto de silêncio em sua memória;



2. *Recomendar à Câmara Municipal de Marco de Canaveses que o nome do Dr. Amadeu Carlos Marramaque Encarnação seja atribuído a uma artéria da cidade ou a um espaço público relevante;*

3. *Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar.*

Marco de Canaveses, 30 de junho de 2018”

É, como disse, subscrito por todos os Grupos, pelo Executivo Municipal e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, estimado público, Marcoenses:

Antes de mais, também gostaria de aqui deixar uma palavra de congratulação à Junta de Freguesia, mas acima de tudo aos cidadãos de Alpendorada, Várzea e Torrão, por aquilo que foi a sua entrega, pela força e pelo seu dinamismo, que empregaram nas Festas de S. João. De facto, os Marcoenses, quando se juntam e trabalham com um objetivo, são, de facto, fantásticos. E gostava de os congratular, porque estas festas na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão foram um tremendo sucesso, e ficou demonstrado que a força das pessoas, aliada ao amor pela sua terra, ficaram bem patentes neste sucesso. Por isso, aqui deixar os nossos parabéns aos cidadãos de Alpendorada, Várzea e Torrão.

Sra. Presidente, agora mudando um bocadinho de assunto, nós sabemos que têm havido algumas dificuldades ao nível da mão de obra quando é solicitada pelas Juntas de Freguesia, quando é solicitado o apoio da Câmara Municipal. Eu gostaria, Sra. Presidente, de lhe perguntar se pode confirmar esta dificuldade, e sendo assim, em caso afirmativo, quais são as áreas onde existem mais carências.

Por outro lado, Sra. Presidente, nós temos conhecimento de que têm existido alguns problemas no fornecimento de água na EB 2/3 de Sande, por parte da empresa Águas do Marco. E por isso, também perguntar-lhe se está a par do assunto e sobre o que é que poderá a Câmara fazer, ou que está já a fazer, para tentar minimizar este problema da falta de água, ou de abastecimento de água à EB 2/3 de Sande.

Ainda relativamente à Freguesia de Sande e S. Lourenço, volto a questioná-la sobre a situação da falta de abastecimento de água no Edifício Panorâmico. O verão está aí, e gostaríamos de saber o que é que está o Executivo a fazer para assegurar para que os aí residentes não tenham novamente de fazer racionamento de água este verão.

Uma outra questão tem a ver com uma reação à visita e a um comunicado por parte do PSD, relativamente à falta de recursos, nomeadamente de assistentes operacionais à Escola Secundária de Marco de Canaveses. Ao contrário daquilo que a Sra. Presidente afirmou num órgão de comunicação social, o PSD, já antes de a senhora ser Presidente, tinha questionado o Sr. Ministro, o ainda Ministro da Educação, sobre este assunto, e tínhamos apelado para que colocasse mais recursos nesta escola. Nessa altura, o Sr. Ministro, ou o Gabinete do Sr.



Ministro, o que respondeu foi que para o ano que passou, iriam apenas colocar um assistente operacional para suprir uma pessoa que estava de baixa médica. Nós, nessa altura, considerámos completamente insuficiente e, infelizmente, tivemos razão, porque na recente visita àquela escola constatámos que o problema se mantém, e até se agudizou. A Sra. Presidente disse ao jornal A Verdade que iria recorrer a Contratos de Emprego-Inserção para colmatar estas carências – à imagem, aliás, daquilo que já tinha vindo a ser feito nos mandatos anteriores por outro Executivo – e a pergunta que gostava de lhe fazer, Sra. Presidente, é se vai colocar estes recursos especificamente na Escola Secundária, ou irá colocá-los no Agrupamento. A minha questão é: irá colocar estes recursos na Escola Secundária para suprir estas dificuldades que se estão a assinalar?

Ainda relacionado com esta questão da Escola Secundária, e relativamente à segurança, gostaríamos de propor à Sra. Presidente a designação de elementos da Polícia Municipal – um ou dois – para marcar presença nas horas mais movimentadas da saída dos alunos da Escola Secundária, para que a mesma decorra de forma ordeira e tranquila. Achamos que pode ser um elemento dissuasor e que pode evitar alguns problemas. Nós sabemos que a GNR tem um programa denominado “Escola Segura”, é um facto, mas como sabemos também, a GNR também se depara com falta de efetivos disponíveis, muitas vezes, e por vezes não conseguem estar lá em permanência. Portanto, gostaríamos de propor à Sra. Presidente que designe um elemento da Polícia Municipal para fazer este acompanhamento – aliás, já como o fez junto à Escola EB1 do Marco, e que tem funcionado.

Por outro lado, Sra. Presidente, nós sabemos que os recursos humanos são parcos, mas desde que a Câmara saiu do plano de reequilíbrio financeiro – fruto, aliás, do trabalho e empenho do anterior Executivo do PSD, mas também de todos os Marcoenses – agora a Câmara Municipal está em condições de abrir concursos, processos concursais de recrutamento. Assim sendo, e se o problema dos recursos humanos nas várias áreas que temos vindo a identificar existe, gostaria de lhe perguntar, Sra. Presidente, se tenciona abrir algum procedimento concursal, nomeadamente para a área da Polícia Municipal, para funcionários, que às vezes é solicitado o apoio à Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia, e que muitas vezes não se consegue porque, de facto, há esta carência. E portanto, gostaríamos aqui de deixar esta questão, se tenciona abrir algum procedimento concursal, agora que a Câmara do Marco está em melhor situação económica e financeira, e que, de facto, já tem autonomia, que lhe foi devolvida, para contratar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra de seguida ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara e restantes vereadores, Exmos. Srs. Membros desta Assembleia, estimado público, comunicação social, a todos muito bom dia.

Antes de entrar no motivo que me faz vir hoje aqui intervir no período de antes da ordem do dia, queria só fazer aqui uma pequena ressalva relativamente à intervenção que ouvi aqui da Dra.



Susana Loureiro, relativamente ao posicionamento do PS relativamente ao processo das águas, e eu revejo-me em quase todas as partes da sua intervenção, do discurso político que aqui fez. E é de ressaltar que, parece-me a mim, estão a ter um discurso um pouco diferente relativamente à complexidade deste processo das águas, e a nós, Grupo Municipal, muito nos agrada esse vosso posicionamento.

Como é sabido, o Parque de Merendas de Montedeiras tem sido, durante décadas, um lugar de convívio para as várias famílias do município, sendo um *Ex-Libris* do nosso concelho. Recentemente, numa edição do jornal A Verdade, vi a notícia sobre um projeto de requalificação para o parque, sendo dado também a conhecer nessa mesma notícia alguns impedimentos à sua concretização, devido ao projeto intervir em alguns terrenos que não são da pertença do município. Segundo o mesmo artigo no jornal, os vereadores do PSD desta Câmara Municipal defendem que o problema por eles criado poderá ser também ultrapassado através da expropriação dos terrenos. Queria perguntar à Câmara Municipal quais são os planos para a resolução deste impedimento, e se o parque está disponível para ser utilizado, ou se o mesmo se encontra fechado.

O tema da expropriação leva-me aqui a um outro assunto, um assunto discutido nesta Assembleia em fevereiro do ano passado, onde foi discutida uma permuta de terreno do município com um outro casal Marcoense, sendo esse ponto aprovado por maioria, apenas com os votos do PSD que tinham assento nesta Assembleia. A proposta de permuta assentou na troca de um terreno, com oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²), descrito no PDM de Marco de Canaveses em espaço urbano e espaços centrais – isto é, índice máximo de construção para o concelho – por um outro de vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados (26.623 m²), indicado no mesmo PDM em solo rural, floresta de produção. Na referida reunião, a Câmara apresentou uma avaliação pouco credível e extemporânea, devido ao Executivo se encontrar em fim de mandato, segundo intervenção de alguns membros do Partido Socialista nesta Assembleia, com assento à data, avaliação essa que para o terreno do município em solo urbano apresentou um valor de aproximadamente oitenta e nove euros (89€) por metro quadrado, e para o terreno do município, em floresta de produção, apresentou um valor de vinte e cinco euros (25€) por metro quadrado. Isto é, a Câmara Municipal atribuiu um valor de oitenta e nove euros (89€) por metro quadrado para o seu terreno urbano, e de vinte e cinco euros (25€) para o terreno florestal / agrícola do nosso município. Estes dois valores por metro quadrado do terreno levaram a que fosse atribuído um valor de seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e dez euros (627.710€) aos dois terrenos, possibilitando assim que a permuta fosse efetuada entre as partes sem que houvesse qualquer compensação financeira entre cada um deles. Sendo Marcoense e ouvindo este ponto a ser discutido nessa Assembleia pelas antenas da Rádio Marcoense, foram várias as dúvidas que desde logo me suscitaram. Na minha opinião, um terreno que em cada mil metros quadrados (1.000 m²) permite a construção de mil e seiscentos metros de construção, a oitenta e nove euros (89€) o metro quadrado, e um terreno florestal, que não permite a edificação, a vinte e cinco euros (25€) o metro quadrado, parece-me incomparável e revela a falta de coragem para avançar para uma expropriação, como agora alguns defendem para Montedeiras.

Recentemente, deparei-me com uma placa de uma imobiliária afixada no terreno cedido pelo município, terreno esse, conforme digo, avaliado em seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e dez euros (627.710€), que se encontra agora à venda por um milhão e quatrocentos mil euros



(1.400.000€). Eu volto a repetir, um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), e vocês podem, através da internet, verificar a veracidade do que estou a dizer, que é mais do dobro pelo qual a avaliação foi feita pela Câmara e a respetiva permuta. Isto é, se o nosso munícipe fizer uma *Black Friday* e fizer uma promoção de cinquenta por cento (50%), ainda vai beneficiar financeiramente relativamente ao acordo com a Câmara Municipal.

Queria aqui também lembrar algumas palavras de um então membro desta Assembleia, do PSD, que transcrevo da ata da respetiva Assembleia. Início de citação:

“Além da questão legal subjacente, deve ser igualmente valorizada a questão moral e ética implícita, visto tratar-se de cidadãos que investiram no concelho e que se encontram bloqueados pelo interesse do próprio município.” Fim de citação.

Pois bem, certamente que serão muitos os munícipes que têm os seus terrenos bloqueados pelo PDM de Marco de Canaveses, à espera de uma valorização e intervenção da Câmara Municipal para valorização dos mesmos. Queria agora, então, perguntar a este Executivo quais são os planos que tem para este terreno que agora o município possui, e se vão perseguir a ideia peregrina e utópica (na minha opinião) de prosseguir com a ligação do centro da cidade ao Rio Tâmega através de um parque urbano, quando grande parte desses terrenos já se encontram edificados e são pertença de privados. Avançarão vocês com a ideia que o PSD defende em expropriar os terrenos privados, ou permutá-los com solos urbanos de pertença da Câmara Municipal, compensando assim todos os munícipes com a ideia peregrina de que o PDM bloqueia o interesse dos privados – e julgo que esse mesmo PDM foi posto a discussão a esta Assembleia pela anterior Câmara Municipal liderada pelo PSD.

Tenho dito. Bom dia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de resposta às várias interpelações.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, estimado público e comunicação social:

Sr. Presidente da Assembleia, permita-me que comece esta Assembleia Municipal fazendo aqui também menção ao colaborador desta casa, Sr. Teixeira, funcionário da Assembleia Municipal, que como sabem, o Sr. Teixeira tem estado com problemas de saúde, e por isso, queria daqui, dos microfones da Rádio Marcoense e também desta Assembleia Municipal, em nome do Executivo – e creio que é partilhado por todos os elementos desta Assembleia – desejar-lhe umas rápidas melhoras, ao Sr. Teixeira, e desejar também que tenha força suficiente para lutar contra a doença do foro oncológico que o apanhou de surpresa, porque o Sr. Teixeira, como percebem – e acho que naturalmente o percebem – é um colaborador que faz muita falta a esta casa, principalmente aos trabalhos da Assembleia Municipal. E por isso, queria deixar-lhe daqui esta mensagem também, ao Sr. Teixeira.



Respondendo, então, às questões que nos foram colocadas no período de antes da ordem do dia, queria responder ao Sr. Abílio Castro, em relação ao Parque de Lazer e estacionamento, neste caso em concreto, da Estação da Livração. Dizer-lhe que estamos em contato com o IEP – Infraestruturas de Portugal, que infelizmente – felizmente por um lado – nós apresentámos um estudo prévio às Infraestruturas de Portugal, depois de termos algumas reuniões técnicas, e, entretanto, as Infraestruturas de Portugal colocaram-nos algumas questões que tínhamos que melhorar no estudo prévio. Estamos a falar de pequenas questões, como locais de estacionamento para deficientes, algumas situações mais técnicas em relação ao espaço exterior à estação, mas que os nossos serviços já alteraram e já enviaram à Infraestruturas de Portugal há cerca de quinze dias atrás. Dar-lhe nota de que, entretanto, já fiz um contato com a Infraestruturas de Portugal, mas disseram-me que até dia 3 – parece que é o dia em que existe uma grande mobilização de recursos na Infraestruturas de Portugal, vai ser apresentado um plano estratégico na área da mobilidade, mais concretamente algumas obras, e por isso, a disponibilidade da Infraestruturas de Portugal será melhor a partir da próxima semana – espero que aí, sim, peguem no processo do parque de estacionamento da Livração.

Dar conta de que a Câmara Municipal, em relação à Infraestruturas de Portugal, não está só a tratar deste parque de estacionamento da Livração, está também a tratar da legalização do parque de estacionamento na zona da Estação do Marco, que já está construído, estamos a tentar ultimar o protocolo existente, ou a realizar, neste caso, com a Infraestruturas de Portugal. Estamos também a tratar da construção de uma nova rotunda junto ao final da Avenida dos Bombeiros Voluntários e da Avenida Saint Georges lès Baillargeaux, para tentarmos solucionar a questão do fluxo de trânsito enorme que se faz sentir aí, no fundo dessas ruas, principalmente na altura em que está mais trânsito. E temos ainda outras questões que estão pendentes com a Infraestruturas de Portugal: a supressão da passagem de nível da Ponte do Bairro, e outras questões que quando cá chegámos ainda não estavam resolvidas, e outras que, efetivamente, queremos ver resolvidas. Por isso, as reuniões com a Infraestruturas de Portugal têm sido muitas, e também têm sido – isto para lhe responder à sua segunda questão, sobre a zona industrial de Constance, ou parque empresarial de Constance – também têm sido nesse sentido. A Infraestruturas de Portugal já nos apresentou uma proposta para a dita saída da variante, exatamente no local do parque empresarial de Constance. Entretanto, falámos com o Gabinete Técnico que está a fazer o projeto para o empreendedor que vai ceder o terreno, para tentar enquadrar o projeto da Infraestruturas de Portugal no terreno dele, e estamos a aguardar, já houve essa integração dos dois projetos, estamos agora a aguardar a vinda do técnico da Infraestruturas de Portugal, o dirigente, para que venha ao Marco de Canaveses para irmos ao local, e de novo – porque já o fizemos uma vez – perceber se aquele projeto está em conformidade para podermos avançar com essa solução.

Dizer-lhe também que fizemos uma reunião com todos os proprietários, legítimos proprietários dos terrenos da área empresarial de Constance, ou da mancha designada zona industrial, assim designada em PDM. Alguns deles têm outros objetivos para aquele terreno que não passam pela área empresarial, nomeadamente até na área da agricultura, existe um ou outro proprietário de terrenos que já aí têm projetos agrícolas, o que não invalida a concretização do parque empresarial de Constance. Reduziremos a mancha que está em PDM, provavelmente porque é muito grande, e vamos focar-nos exatamente naqueles proprietários que querem levar projetos, em concreto na área empresarial, avante. E por isso, esse estudo também já está a ser feito, e



ao mesmo tempo, ou paralelamente, estamos a tratar dos acessos para este parque empresarial. Este é o ponto de situação que tenho para lhe dar.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Paredes de Viadores e Manhuncelos, Miguel Queirós, em relação às questões que nos colocou, da LIMFA, e em relação à questão que nos colocou das coletividades, dizer-lhe o seguinte: efetivamente, a Direção da LIMFA, ou o Sr. Presidente da LIMFA, fez esses comentários, ou reproduziu esse tipo de afirmações na comunicação social, exigindo – e eu estou aqui a utilizar a palavra que o Sr. Presidente da Junta utilizou – exigindo à Câmara Municipal que lhe atribuísse um subsídio no valor de quinze mil euros (15.000€), mas fê-lo sem ter falado com a Câmara Municipal, fê-lo apenas para a comunicação social. Claro que a Câmara Municipal fez chegar – e na altura fizemos até um comunicado à imprensa dando conta que a LIMFA nem sequer tinha falado com a Câmara Municipal, que as afirmações do Sr. Presidente da LIMFA em relação a uma dita conversa que tinha tido com o Sr. Vereador do pelouro – que na altura foi na tomada de posse, ainda nem sequer sabia que era vereador do pelouro – tinham sido afirmações consequentes e irresponsáveis por parte do Sr. Presidente da LIMFA, e por isso, refutámos todas as suas afirmações, e o que depois se verificou é que, de facto, a LIMFA assinou o contrato-programa de desenvolvimento desportivo no valor de oito mil, setecentos e cinquenta euros (8.750€), e não no valor dos quinze mil euros (15.000€). Dizer-vos que a Câmara Municipal, quando atribui um subsídio na área desportiva, como é o caso deste subsídio à LIMFA, tem critérios objetivos. Os critérios estão definidos no regulamento de apoio ao associativismo, e por isso, o valor que a LIMFA tinha que receber nunca seriam os quinze mil euros (15.000€), mas sim os oito mil, setecentos e cinquenta euros (8.750€). E por isso, a Câmara Municipal fez um protocolo, como é nosso dever, um contrato-programa de desenvolvimento desportivo para a época 2017/18, no valor de oito mil, setecentos e cinquenta euros (8.750€), que, de facto, foi assinado pelo Sr. Presidente da LIMFA, e que nesta altura, e já antes, tínhamos esclarecido todas as divergências, e a Direção da LIMFA assumiu também a conclusão do campeonato e a realização da Taça do Município, que já terminou.

Em relação à Associação das Coletividades: em relação à Associação das Coletividades, Sr. Presidente da Junta, para nós também foi uma surpresa. Dar-lhe conta de que é falso que a Câmara Municipal nunca tenha apoiado a organização das festas das coletividades, e por isso, o Executivo da Câmara Municipal desmentiu categoricamente o Sr. Presidente da Associação das Coletividades, Sr. José Arouca Soares – que é o Presidente da Associação das Coletividades de Marco de Canaveses. Para o referido evento, a associação fez chegar um pedido de apoio logístico aos serviços do município no dia 2 de maio, solicitando: cedência do espaço do Jardim Municipal para o dia 27 de maio, e a garantia de que o sistema de rega seria desligado nesse dia, o que foi feito – e, aliás, foi respondido ao Sr. José Arouca. Segundo pedido: um quadro elétrico no palco com potência de cem amperes para ligação de aparelhagem de som, e a cedência de espaço, e a garantia de que a rega não seria ligada, foi resposta dada, de deferimento, logo no dia 10 de maio, por correio eletrónico, oito dias depois. Relativamente ao ponto 2, os serviços técnicos do município informaram a 15 de maio o Presidente da Associação das Coletividades que apenas estaria disponível um quadro elétrico com trinta amperes; foi ainda dada a explicação ao Sr. Presidente da associação que caso fosse necessária maior potência, teria de se dirigir aos serviços técnicos da Câmara Municipal com um termo de responsabilidade, e que os serviços também se disponibilizariam para ajudar a formular esse pedido. Ainda foi deixada a garantia de que a Câmara Municipal estava disponível para assumir as despesas deste processo. Não tendo o Sr. José Arouca Soares entendido entregar o documento requerido,



os serviços técnicos da Câmara Municipal instalaram o quadro elétrico disponível, conforme lhe foi comunicado, e como se pôde comprovar no local, no próprio dia da festa. Lamentamos a forma leviana como o Sr. Presidente da Associação das Coletividades do Marco prestou declarações públicas falsas, e não entendemos as suas reais motivações, assim como também não entendemos o facto de não ter dirigido qualquer convite oficial ao Executivo da Câmara Municipal para estar presente nessa festa, ou para se fazerem representar na Festa das Coletividades. Por isso, o Executivo da Câmara Municipal reitera a disponibilidade para colaborar com todas as associações do concelho, e não pode admitir que se procure transmitir uma ideia diferente para a opinião pública através de mentiras. Sr. Presidente de Junta, Miguel Queirós, espero que tenha respondido às suas questões.

Passo agora à intervenção do Sr. Dr. Mário Luís. Queria dizer-lhe que o elogio que aqui fez, meritório, às coletividades e associações do concelho, também o Executivo Municipal partilha do mesmo sentido e da mesma opinião.

Dizer-lhes que nos associamos, logicamente, ao voto de louvor que apresentou à ARCA – ele também já foi apresentado em sede de Reunião de Câmara Municipal. Queria aproveitar também para felicitar estas duzentas atletas, felicitar também os dirigentes e os técnicos da ARCA, e sobretudo por estas duas últimas boas notícias que nos deram, que alcançaram dois títulos nacionais (infantis e seniores). E por isso, a ARCA é, de facto, uma associação que merece todo o respeito e consideração da Câmara Municipal e dos Marcoenses, por todos os feitos – não só este, mas outros que o Dr. Mário Luís aqui também apresentou – na área desportiva. E por isso, também congratular a ARCA e associarmo-nos a esse seu voto que aqui foi apresentado.

Associarmo-nos também ao voto que aqui fez ao treinador e atleta Joaquim Santos, pelos seus feitos na canoagem, também queremos associar-nos ao seu voto aqui hoje apresentado.

Queria, depois, responder às questões aqui apresentadas pelo Sr. Presidente da Junta do Marco, Celso Santana. Agradeceu-nos as obras que fizemos no JI de Vila Verde; dizer que, de facto, nós também gostaríamos de reproduzir este tipo de obras de proximidade em muitos outros estabelecimentos, e vamos fazê-lo agora no verão, nas férias, nas interrupções letivas, e também é nossa vontade resolver aquilo que para muitos são pequenas intervenções, mas que são pequenas intervenções que fazem toda a diferença no dia a dia das populações.

Em relação às questões colocadas aqui pelo Sr. Deputado Gil Rodrigues, dizer-lhe que a sua questão sobre a legalidade da faturação das águas, nós ainda não temos o parecer jurídico, mas posso, no entanto, dar-lhe conta da resposta que a Águas do Marco nos fez chegar à sua comunicação. Diz que *“todo o processo de faturação é efetuado com base na informação e documentação que nos foi facultada pelo Município de Marco de Canaveses no início da concessão, bem como pela documentação que nos é entregue pelos clientes na celebração dos contratos de prestação de serviços. Não obstante, na eventualidade de ter ocorrido um qualquer lapso administrativo no processo de faturação a um determinado cliente, considerando que o requerimento em causa não identifica em concreto nenhum cidadão / cliente, não nos é possível pronunciarmo-nos de forma mais detalhada sobre os factos expostos.”* Independentemente desta resposta que a Águas do Marco já nos fez chegar, nós temos isto para análise no nosso Gabinete Jurídico, e depois fazemos conta de lhe entregar com o parecer jurídico sobre estas



questões em concreto. Por isso, agradeço que fique depois a aguardar mais informações da nossa parte.

Em relação às Marchas de S. João Batista em Alpendorada, dizer-lhe que eu também estive presente – aliás, já estava, tinha vindo a acompanhar nestes últimos anos as Marchas de S. João Batista em Alpendorada – também fiz questão de partilhar com o Sr. Presidente da Junta, o Sr. Domingos Neves, e com a comunidade local, este feito das marchas, porque acho que merecem, de facto, todo o apoio, e dar-lhe nota até de que assumimos com o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão que no próximo ano o valor da participação que a Câmara Municipal faz, e fez este ano, no valor de quatro mil euros (4.000€), que é o apoio que a Câmara Municipal dá para as Marchas de S. João, vai ser ainda aumentado, tendo em conta a dimensão na preservação desta tradição das Marchas Populares. Aliás, esta informação já foi dada lá, no dia das marchas, aos presentes que tiveram oportunidade de me ouvir.

Queria também, em relação à intervenção da Dra. Susana Loureiro, sobre água e saneamento, dizer apenas duas coisas. A Sra. Deputada disse, e com razão, este é um longo caminho que temos todos a percorrer. É verdade. Independentemente de ser um longo caminho, queria dar-lhe nota de que este Executivo já começou a trabalhar, já temos feito várias reuniões, estamos a ultimar – e eu só não trago as ditas novidades hoje a esta Assembleia Municipal porque esperava que na última Reunião de Câmara tivéssemos levado uma situação a deliberação, que não nos foi possível. E por isso, espero que agora, na próxima Reunião de Câmara, já vá a deliberação – estamos a falar do substabelecimento para um novo gabinete de advogados do processo das Águas do Marco, que acho que vai fazer toda a diferença. E por isso, na próxima reunião da Assembleia, não tendo ainda oportunidade – e também vamos aproveitar estes três meses de intervalo entre esta reunião da Assembleia Municipal e a próxima, e dessa forma também já traremos certamente aqui mais novidades em relação a este assunto, que é um assunto, como disse, e bem, que nos preocupa, a todos os Marcoenses, e sobretudo àqueles que estão privados de água e saneamento. Claro que os políticos têm essa responsabilidade, nós assumimos um compromisso com os Marcoenses, e estamos a trabalhar para honrar a palavra dada aos Marcoenses.

Sr. Deputado Luís Vales, naturalmente que nos associamos ao voto de pesar que aqui apresentou – aliás, foi subscrito também por todos os Grupos Municipais, pelo Executivo e pela Mesa da Assembleia. Dar conta de que também fomos apanhados de surpresa, creio que fomos todos, porque o falecimento do Sr. Dr. Amadeu Marramaque já aconteceu no dia 21 de maio, mas como ele não estava a residir no concelho, esta informação chegou-nos há dois dias atrás, também na mesma altura em que o Sr. Deputado Luís Vales teve acesso à informação, eu também tive, e depois informou-me que estariam disponíveis para aqui apresentarmos um voto de pesar, que eu acho que é meritório, e também tendo em conta a pessoa e a personalidade que foi, e todo o trabalho que desenvolveu no Concelho de Marco de Canaveses, é justo que além deste voto de pesar, seja também acolhida esta sua proposta – ou a proposta desta Assembleia – para que se possa atribuir o seu nome a uma artéria da cidade ou a um espaço público. Dar conta que na minha opinião, e ainda sem ter olhado sequer para as questões mais burocráticas, acho que a atribuição do nome do Sr. Amadeu Marramaque a um espaço público fará mais sentido, até porque mudando o nome das ruas, a não ser que seja uma nova, sabe que traz algumas consequências para os seus moradores, têm que mudar depois os seus documentos de residência, e tudo o que está implicado nessa questão. Por isso, acho que a



atribuição do seu nome a um espaço público da cidade, acho que faz todo o sentido. Agradecer também essa apresentação aqui e essa proposta.

Falou-nos também das Marchas de Alpendorada, já tive oportunidade de refletir sobre o assunto.

Dificuldades em matéria de mão de obra: dar conta ao Sr. Deputado de que a Câmara Municipal tem algumas lacunas, de facto, em algumas áreas de intervenção da Câmara Municipal, mas dizer-lhe, Sr. Deputado, que não é só agora que o Executivo da Câmara Municipal pode contratar; no passado – e eu vou dar-lhe dois exemplos que estão muito presentes ainda na cabeça das pessoas, pelo menos de alguns – o Executivo Municipal contratou novos recursos humanos: lembro-lhe que, por exemplo, o adjunto do Sr. Presidente e o seu assessor do desporto foram contratados no último mandato, e são hoje funcionários desta casa. Se me pergunta se eram as áreas estratégicas em que o município deveria ter feito contratação, tenho algumas dúvidas, porque eu, de facto, sou apologista de que as áreas de intervenção onde faz mais falta a contratação de recursos humanos são as áreas operacionais, porque são nessas – como disse, e muito bem – que os Srs. Presidentes de Junta sentem mais dificuldade quando nos pedem intervenções.

Mas, não é só uma questão de recursos humanos; eu queria dizer-lhe que o nosso parque de maquinaria e de disponibilização de meios técnicos está bastante obsoleto, as máquinas estão muitas vezes avariadas – aliás, estão frequentemente avariadas – e por isso, essa situação traz-nos a todos muitos constrangimentos. Acho que a Câmara Municipal vai fazer esse estudo, até porque na contratação de pessoal, como sabem, tem que haver alteração, se for o caso, ao Mapa de Pessoal, e no próximo Orçamento, se for essa a vontade, e se for essa também a necessidade do Município de Marco de Canaveses, traremos essa questão aqui também para debate. Mas, queria dizer-lhes que além da questão dos recursos humanos, é também prioritário o investimento nas máquinas que temos ao dispor das freguesias, porque essas sim, são uma necessidade muito premente.

Queria dizer-lhe também que em relação à questão da Polícia Municipal, também lhe respondendo a isso, a questão da Polícia Municipal: de facto, já está previsto no quadro de recursos humanos a contratação, ou pelo menos há lugares no quadro para Polícias Municipais. Temos agora, como sabe, menos duas Polícias Municipais, quando cá chegámos já tínhamos essa falta desses dois Polícias Municipais. Entendemos que pode haver oportunidade de haver contratação, mas esse estudo será feito na sua componente total, não vamos fazer a contratação apenas de um ou outro elemento, vamos ver qual é a necessidade da Câmara Municipal toda, nos serviços todos.

Em relação à questão que nos colocou, de podermos ter aqui mais um Polícia Municipal, ou mais um efetivo da Polícia Municipal junto à Escola Secundária: Sr. Deputado, esta questão já foi amplamente discutida – aliás, nós já fizemos duas reuniões do Conselho Municipal de Educação, e já reunimos várias vezes com os Agrupamentos de Escolas, e essa questão já foi discutida e foi até já apresentada pela Associação de Pais da Escola EB1 do Marco, esta recomendação. E essa recomendação já foi também aceite pela Câmara Municipal. Quando nós colocámos um Polícia Municipal junto à EB1 do Marco, está um outro mais abaixo, junto à entrada da Escola Secundária. E também temos agora a necessidade de colocar um outro lá em baixo, junto à Escola EB 2/3, porque na última reunião que tivemos com os Agrupamentos, também nos deram



nota disso, e no próximo ano letivo vamos ter que também agregar aqui estas duas situações, porque são, de facto, duas situações preocupantes em termos de tráfego, e que têm a ver com o facto de hoje os pais levarem todos os seus educandos à porta da escola, e depois cria-nos aqui algum transtorno no tráfego junto às escolas.

Creio que respondi a todas as questões que me colocou. Não, não respondi. Sande: o que aconteceu na Escola de Sande não é falta de fornecimento por parte da Águas do Marco. Efetivamente, aquela escola nunca teve abastecimento de água pública. E por isso, agora tivemos um problema que nos foi colocado pela Sra. Diretora da escola, que foi um problema de arsénio que apareceu na água, e que de imediato, a Sra. Diretora da escola, quando colocou esta questão ao Executivo Municipal, e pedindo-nos ajuda para fazermos a limpeza dos depósitos, de imediato arranjámos forma de o fazer. Procedemos a essa limpeza dos depósitos, e depois – até porque nos foi colocada a questão que a Águas do Marco não faria a ligação porque não tem condições técnicas para o fazer, tem a ver com uma questão do próprio fornecimento da água, que não tem caudal suficiente, e por isso, nós promovemos uma reunião com a DGEstE, com a Direção do Agrupamento de Escolas e com os nossos técnicos do município, que apresentaram uma proposta que, no fundo, tem a ver com um mecanismo de purificação daquela água, ou de tratamento daquela água. E a DGEstE inclusive aceitou a nossa proposta, inclusive fizeram reuniões de trabalho na própria escola, com a DGEstE – instalação de tratamento automático para remoção de arsénio. Foi uma situação que os nossos técnicos colocaram à DGEstE, e que foi aceite pela DGEstE, pela Direção Geral de Educação, e que depois, já *a posteriori*, o Agrupamento de Escolas de Sande, a DGEstE e os próprios técnicos da Câmara Municipal e da Águas do Marco estiveram reunidos para encontrar pontes e alternativas a esta situação, com a aquisição deste equipamento, que está a ter também na sua aquisição o apoio técnico dos funcionários da Câmara Municipal, neste caso da chefia do Eng.º Joaquim Moura. E por isso, esta situação, creio que ficará resolvida com este mecanismo, mas foi, de facto, uma situação alarmante que trouxe algumas questões mais preocupantes, nomeadamente por parte da Sra. Diretora da escola, que são legítimas, mas que de imediato foram também resolvidas.

A questão da falta de assistentes operacionais na Escola Secundária, este é um problema transversal, não é de agora, é um problema que já vem de há muitos anos a esta parte, foi transversal a todos os Governos. De facto, quando o Sr. Deputado coloca a questão se a Câmara Municipal vai colocar colaboradoras nesta escola, ou se no Agrupamento, a resposta é no Agrupamento, e o Agrupamento tem autonomia para fazer a sua gestão, e aliás, vai fazer o que tem feito até agora – tem colocado essas colaboradoras do Instituto de Emprego e Formação Profissional nas escolas EB1, e fica assim com uma ou outra colaboradora liberta para poder depois colocar ao serviço de outra escola. E agora sim, creio que já respondi a todas as suas questões.

Depois, passarei à intervenção do Sr. Deputado Bruno Caetano, Parque de Merendas de Montedeiras e permuta de terrenos, este é um assunto que está com o Sr. Vice-presidente.

Sra. Deputada Susana Loureiro, exatamente, fez-me uma questão sobre o pré-acordo. A questão do pré-acordo está intrinsecamente – e até porque é jurista e sabe disso melhor do que eu, certamente – relacionada com a questão jurídica. O pré-acordo, ou acordo, é sobretudo uma questão jurídica. E estando a Câmara Municipal a tratar do substabelecimento do processo, e



entrando aqui um novo corpo de advogados a trabalhar no assunto, terá que ser avaliado, como é normal, todo este processo de novo por este novo corpo de advogados. Sra. Deputada, creio que respondi às suas questões.

Vou passar a palavra, se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me permitir, ao Sr. Vice-presidente, para responder às questões do Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito bom dia a todos. E com a devida autorização, respondia, então, às questões do Sr. Eng.º Bruno Caetano.

Gostaria de dizer, relativamente à questão do projeto de Montedeiras e aos terrenos de Montedeiras: reunimos já com dois proprietários – falo do projeto que está já adjudicado; no entanto, a obra ainda não arrancou, e só para fazer aqui uma ponte e introdução, dado que uma parte dos terrenos não são pertença do Município de Marco de Canaveses, daí a necessidade de ter que negociar com os referidos proprietários esses três lotes de terrenos que estão projetados como parque de estacionamento, quer para ligeiros, quer para autocarros, e que consideramos (o Executivo) ser também essencial ao arranque desta obra. Reunimos já com dois desses proprietários e aguardamos também. Da parte dos proprietários há a disponibilidade de venda dos mesmos, falta ainda reunir com outro proprietário, e logo que possa ter mais informação, lhe darei essas informações.

Relativamente ao Parque Urbano do Marco, dizer-lhe também que o Executivo teve oportunidade de reunir com os seus técnicos da Câmara Municipal e com o projetista, arquiteto paisagista Sérgio Pinto, aqui neste Salão Nobre, na passada quarta-feira, onde o mesmo nos apresentou o projeto para o Parque Urbano. O Parque Urbano desenvolve-se em três fases – fase 1, fase 2 e fase 3. Desse projeto, o Sr. Arquiteto apenas tem como projeto de execução a fase 1, por assim dizer, a fase que está aqui junto ao estacionamento onde se desenvolve a chamada Feira das Francesinhas. Depois, todo o restante – a fase 2 e a fase 3 – tem apenas um estudo prévio dos equipamentos e daquilo que tencionam, e na sua opinião, o que considera ser o projeto mais adequado para o espaço. Dizer-lhe também que da parte do Executivo, e à pergunta que faz, os planos para o terreno que agora este município possui, dizer-lhe que a primeira preocupação foi essa, foi conhecer o projeto – nós não o conhecíamos – e avaliar o que aqui está. E de facto, deixe que lhe diga, e deixe que lamente o terreno que aqui temos, porque, de facto, é um terreno que está no centro urbano, mas está todo ele ladeado de construção. Aquele sonho que foi tão leiloado pelo anterior Executivo, de levar o Parque Urbano ao rio, de facto, não passa de uma utopia, ou de um sonho, ou então de uma outra coisa qualquer, porque não é possível. Não é possível por quê? Porque o parque choca com a variante, choca com as bombas de gasolina que já lá estão, choca com um terreno de um construtor e de uma empresa que faz lá o seu estaleiro, choca com o Centro de Inspeções, nomeadamente, e choca também com um conjunto de lotes e de terreno que não são nossos, nomeadamente toda a área que vai da variante e do Centro de Inspeções até ao rio – nada daquilo é do município. A agravar essa situação, é que, de facto, este parque não tem acessos pelas ruas principais, a não ser pequenos acessos, porque as construções – e então, com esse protocolo que foi feito, dos oito mil e qualquer coisa metros quadrados, mais precisamente oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²), que eram do município, com capacidade construtiva, daquilo que o



senhor diz que é um terreno avaliado em noventa e qualquer coisa euros o metro quadrado, depois também impede a entrada para esse terreno.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vice-presidente, eu pedia-lhe que concluísse o mais breve possível, porque já excedemos bastante.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Eu serei célere. Ficámos ainda a saber que esta linha de água não é mais do que um depósito de águas sujas que vêm do centro da cidade, e por isso também este curso de água, talvez não seja possível aproveitá-lo para construir aqui um charco de água, que com certeza embelezaria muito este espaço.

Relativamente ao valor que aqui apresenta o próprio terreno que a Câmara Municipal trocou com uma família, trocou um terreno de oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²), por um de vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três (26.623 m²), claro está que aparentemente parece que foi um bom negócio. A verdade é que estes vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três metros (26.623 m²) não passam de leiras, não passam de leirinhas e de um terreno, como já aqui foi dito, completamente encravado, que não era possível fazer nada dele. O terreno que o município trocou, esses oito mil, oitocentos e treze metros (8.813 m²), é, de facto, um terreno com uma capacidade construtiva fantástica, é, de facto, um terreno junto à estrada e junto à Rua Amália Rodrigues e à Rua da Variante, e de facto, como diz, tem esse valor de imobiliário, como apresentou. Eu peço aqui, então, a paciência do Sr. Presidente da Assembleia, porque, de facto, eu faço aqui umas contas muito rápidas: se o município tivesse vendido o terreno dos oito mil, oitocentos e treze metros quadrados (8.813 m²) por um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), talvez conseguisse concretizar o sonho de levar o parque ao rio, porque com um milhão e quatrocentos mil (1.400.000€), o projeto custa cerca de setecentos e cinquenta mil euros (750.000€) – setecentos e cinquenta mil euros (750.000€) do projeto – ainda sobrava para fazer uma ponte pedonal pela estrada, e com certeza expropriar ou renegociar com os terrenos que estão do lado do rio. É importante, Sr. Presidente – e peço-lhe mais uma vez um minuto – que esta mensagem seja bem passada, porque esta troca de terrenos, parece-me que foi péssima para o município, e parece-me, para quem detém o pelouro do urbanismo como eu tenho, e a opinião generalista deste Executivo, parece-me que não é assim que nós construímos o Marco de Canaveses. Aqui alguém ganhou, menos o município. Um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), que um terreno está hoje à venda, e que foi trocado por um terreno florestal, a vinte e cinco euros (25€) o metro quadrado, que são leiras e leirinhas, e uns charcos de água em más condições, eu deixaria, e peço a todos os Marcoenses, e peço a todos os membros desta Assembleia que possam refletir sobre o que aqui se passou, porque, de facto, é penalizador para o desenvolvimento e para a sustentabilidade deste município, e para o futuro das nossas crianças e jovens. Lamento, o Sr. Luís Vales ausentou-se da sala, mas gostaria que ele ouvisse isso, porque, de facto, em abono da transparência e em abono do rigor, é importante falarmos e refletirmos sobre este negócio e sobre esta troca de terrenos que aqui está em cima da mesa, que não foi bem clara, que foi reprovada por muitos dos membros desta Assembleia, que eu tenho aqui o projeto e posso fazê-lo apresentar a todos os membros desta Assembleia, para que todos possamos, e cada um de nós, ter consciência do que realmente aqui se passa, porque, de facto, e não há dúvida nenhuma, e pelo valor que aqui apresenta, que eu não sabia que o terreno estava à venda por um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), mas acredito



naquilo que diz, e naturalmente, se está lá a placa à venda, teve essa oportunidade, e de facto, como é que é possível, em menos de um ano, ou quase em um ano, um terreno passar de seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e dez euros (627.710€), de forma precisa, para um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€).

Muito obrigado. Era só, agradeço o tempo que me foi disponibilizado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Pedido de esclarecimento, só? Faça favor.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Eu peço desculpa, tenho que ser titular de um pedido de esclarecimento, para que possa fazer a intervenção. A questão é que eu tenho em minha posse uma fatura sem número de contribuinte, passada pelas Águas do Marco, timbrada pelas Águas do Marco, e enviada pelo escritório que faz as penhoras das Águas do Marco. E por isso, se o Executivo necessitar dessa fatura e da correspondência do meu *e-mail* com a empresa que faz a execução, eu estarei disponível para que façam essa investigação.

Eu queria fazer só uma nota – peço desculpa, Sr. Presidente, mas vou ter que fazer uma nota àquilo que foi dito aqui agora pelo Eng.º Bruno Magalhães: é que as leiras e leirinhas no centro da cidade têm o mesmo valor que têm os outros terrenos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, posso só dizer ao Sr. Deputado Gil que se nos puder fazer chegar essa fatura – embora nós tenhamos outras de outros municípios, mas também será mais uma a acrescer a esse rol – agradeço.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu ia pedir, então, na sequência do pedido do Sr. Deputado Luís Vales, que guardássemos um minuto de silêncio. Ou então, fazemos a votação do voto de pesar, e a seguir fazemos um minuto de silêncio. Ora, relativamente ao voto de pesar pela morte do Dr. Marramaque, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Eu pedia agora ao plenário que fizéssemos um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, passamos de seguida ao **Período de intervenção do público**. Há mais alguém, para além do Sr. Samuel? Sr. Samuel, faça favor.

--- Samuel Vieira (Município) ---

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, vereadores, elementos da Assembleia, deputados, público, comunicação social e ouvintes da Rádio Marcoense.

Queria colocar aqui umas questões ao Executivo da Câmara. Uma delas tem a ver com a minha freguesia, começava pelas intenções dos investimentos que este Executivo tem este ano. Como nós sabemos, o Orçamento foi aprovado, ao contrário do que se ia fazendo, havia aqui um plano



de intenções concreto para avançar com investimentos nas freguesias. O que nós percebemos é que foi aprovado um bolo para o investimento e não se sabe muito bem onde é que vão ser feitos os investimentos. Por isso, colocava aqui a questão à Sra. Presidente, o investimento que está previsto para Tabuado a nível de obra, concretamente, porque não se consegue perceber, e eu percebo a dificuldade de um Presidente de Junta, atualmente sem um contrato interadministrativo, como é óbvio o FFF resta para pagar a fatura da água, os empregados, os ordenados e mais nada. Por isso, queria aqui colocar esta questão, qual é o investimento que está previsto por este Executivo para Tabuado, as obras em concreto.

A outra questão que me traz aqui tem a ver com as limpezas das estradas nacionais. É uma vergonha, a Sra. Presidente já falou aqui das Infraestruturas, como é óbvio o ano não tem sido fácil, mas o que acontece pelo concelho fora é que as estradas estão vergonhosas, as ervas pelo meio das estradas, acho que a Sra. Presidente devia tomar aqui algumas medidas sobre esta matéria.

A outra questão que me traz aqui tem a ver com a questão das coletividades – que já aqui foi feita – as comissões de festas, e nesta altura, uma das principais dificuldades destas coletividades e das comissões de festas tem a ver com os palcos. Nós já sabemos, eu acho que a Câmara, e muito bem, se os palcos não estão homologados, sim senhor, não se empresta os palcos. Mas aqui, a Câmara Municipal, na minha opinião – não sei qual é a opinião do Executivo, é essa que venho questionar – devia fazer alguma coisa, ou adquirir palcos, ou então compensar as comissões de festas e as coletividades no subsídio a atribuir, porque eu estive numa comissão de festas da minha freguesia, e sei quanto é que custa o aluguer de um palco, e ainda, por exemplo, no domingo fui ver a meia-final da LIMFA, e um Diretor até do Sande veio logo questionar esta questão, e estou farto de ouvir esta questão dos palcos. Queria questionar aqui a Sra. Presidente, o que é que tenciona fazer relativamente a esta questão dos palcos.

Outra das questões tem a ver com as Festas do Marco. Na última Assembleia questioneei aqui a Sra. Presidente sobre esta questão, também felicité-la, como é óbvio, relativamente à questão do programa, acho que é um programa bem mais arrojado do que o que nós estávamos habituados a ver. Agora, aqui há uma questão, porque depois disso até me preocupei em perceber se ao contrário de outras cidades vizinhas, a seguir aos artistas, haveria aqui alguma praça para DJ's, tive oportunidade de questionar o Sr. Deputado duas vezes sobre esta questão, o que me foi dito é que não haveria, e depois fui surpreendido, que essa praça ia existir – ouvi lá nas festas em Tabuado, que já estava tudo definido, não sei quê. Enviei um requerimento a esta Câmara, não tive resposta. Queria questionar aqui a Sra. Presidente quais foram os critérios para a implementação desta praça por parte dos comerciantes, se é por companheirismo, se é por amizade, se é por não sei quê. Agora, se somos todos Marcoenses, acho que devemos ter todos as mesmas oportunidades. E também não sei – e aqui pedia ao Sr. Presidente, mediante a resposta aqui da Presidente do Executivo, queria colocar aqui, se a resposta for negativa a este meu requerimento, eu sei que há outros requerimentos que ainda não obtiveram resposta, não sei qual vai ser o objetivo e qual vai ser a estratégia aqui deste Executivo, também questionar e dar aqui uma solução para aqueles que potencialmente possam ficar de fora desta praça.

Para terminar, queria falar aqui do Festival do Anho Assado. Como é óbvio, o Festival do Anho Assado foi sempre um evento emblemático, já sabemos que a organização nos últimos anos deixou muito a desejar, também numa altura percebi que ele ia ser organizado juntamente com



as Festas da Cidade, agora percebo que parece que não vai ser organizado. Eu recebi uma carta da Confraria a dizer que vai haver uma entronização agora no dia 7, era perceber quem é que desistiu de quem, se foi a Câmara, se foi a Confraria do Anho Assado, também perguntar-lhe e questioná-la sobre esta matéria.

E tenho dito. Queria que a Sra. Presidente fosse objetiva nessas mesmas respostas que eu coloquei, porque eu também fui objetivo em perguntar as questões.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Ora, dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de resposta às questões que foram colocadas.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação às questões aqui colocadas pelo munícipe Samuel Vieira, dar conta de que em relação à questão sobre os investimentos na Freguesia de Tabuado, como sabem, a Câmara Municipal vai avançar com um conjunto de obras que foram identificadas pelos Srs. Presidentes de Junta – pelos dezasseis Presidentes de Junta – foram identificadas no âmbito daquilo que são as obras de proximidade, com um valor que já era atribuído antes para as Juntas de Freguesia, e por isso, essas obras estão, todas elas, identificadas, já foram amplamente discutidas com o Sr. Vice-presidente. Dar nota de que ainda esta quinta-feira houve uma reunião entre o Sr. Presidente de Junta de Tabuado e o Sr. Vice-presidente sobre estas obras, estão prontas para avançar em termos de concurso, e por isso foram amplamente discutidas, foi feita a priorização por parte da Junta de Freguesia, há um conjunto de obras que o Sr. Presidente de Junta gostaria de levar a cabo na sua freguesia, neste caso em concreto vão ser levadas aquelas que foram priorizadas, de acordo com o valor que há disponível para a sua freguesia, e que é um critério também muito objetivo, tem a ver com o número de residentes, ou o número de habitantes, e também a área, entre outros critérios. Por isso, há aqui critérios objetivos, e neste caso, o Sr. Presidente da Junta de Tabuado já sabe quais são as obras que a Câmara Municipal, muito dentro em breve – espero que agora no início do mês de julho sejam colocadas a concurso, e também nas outras quinze freguesias do concelho.

Em relação à questão da falta de limpeza das estradas nacionais, dizer ao Sr. Samuel Vieira que esta também é uma preocupação da Câmara Municipal e de muitos dos Srs. Presidentes de Junta. Aliás, eu tenho recebido algumas missivas de alguns Presidentes de Junta deste concelho, que têm estradas nacionais nas suas freguesias, e que por iniciativa própria, e muito bem, têm feito chegar um conjunto de solicitações à Infraestruturas de Portugal. Nós próprios também já o fizemos, mas queria dar-lhe conta de que agora, há muito pouco tempo, tivemos uma reunião onde aprovámos o Plano de Defesa da Floresta, onde esteve presente o Sr. Eng.º Saraiva e o Sr. Paulo, que são os técnicos das Infraestruturas de Portugal que estão responsáveis por esta área geográfica, e estavam lá dois autarcas que são os nossos representantes dos Srs. Presidentes de Junta nesta comissão, e o Sr. Eng.º Saraiva teve a humildade de pedir desculpa a todos por esta falta de limpeza que a Infraestruturas de Portugal não tem levado a cabo no Concelho de Marco de Canaveses, que também é generalizado a outros concelhos. Tem a ver com um problema burocrático, tem a ver com um visto do Tribunal de Contas que ainda não conseguiram obter para validar o contrato com os empreiteiros que têm



para levar a cabo esta necessidade, ou esta premente necessidade de limpeza das estradas nacionais, ainda por cima quando nós estamos todos a exigir que os particulares limpem as suas faixas de combustível e os seus terrenos, vemo-nos aqui também com a Infraestruturas de Portugal a não participar nessa limpeza nas suas próprias vias públicas. E por isso, o Sr. Eng.º Saraiva fez questão de pedir desculpa a todos os presentes, e dizer que agora, durante o mês de julho, já devem ter condições para avançar com a limpeza, e ainda não conseguiram fazê-lo antes.

Em relação aos palcos, dar conta de que, de facto, existe um relatório elaborado pelo técnico de higiene e segurança da Câmara Municipal que põe em causa, e muito bem, a falta de homologação dos palcos, mas também as condições de segurança dos palcos. Relembrar quem nos está a ouvir que já no passado alguns dos palcos caíram em plena atuação dos ranchos folclóricos. E por isso, esta era uma situação que não é nova, já vinha de trás. Efetivamente, este Executivo Municipal só está a dar cumprimento àquilo que são as orientações técnicas do técnico de higiene e segurança, que escreveu, fez um relatório sobre as questões de segurança dos palcos. Dizer ao Sr. Samuel Vieira que esta situação vai ser sanada – aliás, o Sr. Vereador Paulo Couto tem estado a tentar recolher orçamentos para conseguirmos uma proposta ainda melhor do que aquela que temos, para a Câmara Municipal adquirir palcos que garantam a nossa segurança – neste caso, de quem utiliza os palcos – mas também palcos que sejam homologados. Não são questões que a Câmara Municipal possa ultrapassar com os nossos palcos, eles não têm condições para serem certificados, para serem homologados, e por isso, a Câmara Municipal não está em condições de emprestar esses palcos a quem quer que seja, porque a responsabilidade é nossa, e nós não queremos ser cúmplices de alguma questão menos simpática que possa aparecer, ou possa vir a acontecer com a utilização destes palcos.

Dizer que a Câmara Municipal tem atribuído subsídio a todas as festas do concelho, e também tem autorizado o apoio logístico sempre que nos é permitido e sempre que é possível. Por isso, dar conta de que a falta do palco é significativa em termos financeiros, mas por sua vez, a Câmara Municipal tem também apoiado, em termos de apoio financeiro, todas as festividades do concelho.

Em relação às Festas do Marco, dar conta de que a Câmara Municipal – como o Sr. Município Samuel Vieira disse, e muito bem – tem hoje um novo modelo, ou criou um novo modelo para as festividades do concelho, decidimos centralizar as festas no centro da cidade, não as ter tão dispersas ao longo da cidade – este ano não vamos utilizar, por exemplo, o Estádio Municipal – e decidimos também investir num programa com mais qualidade. Do nosso ponto de vista, tivemos em conta também as perspetivas e as expetativas dos mais jovens, temos uma parte do programa que é dedicada aos mais jovens, conforme foi nosso compromisso. Não podemos chamar a isto um Festival da Juventude, mas, efetivamente, o investimento que a Câmara Municipal fez neste programa das festividades do concelho é também a pensar nos mais jovens, e é para eles que dedicamos uma parte deste programa. Mas, não podíamos esquecer uma outra parte da população do Marco de Canaveses, e por isso no nosso programa das festividades do concelho temos também, por exemplo, o Canário, e temos, por exemplo, uma Feira do Gado com chegadas de bois, no sábado das festividades do concelho, para aqueles que certamente gostam deste tipo de atividades.



Por isso, é com muito entusiasmo que a Câmara Municipal aproveita para deixar aqui também o convite a todos os Marcoenses para nos visitarem nas festividades do concelho.

E dizer-vos que em relação àquilo que o Sr. Samuel Vieira aqui colocou, que tem a ver com os DJ's, dizer, Sr. Município Samuel Vieira, que existem regras e critérios definidos. E por isso, os critérios definidos para que a Câmara Municipal do Marco pudesse contar com os DJ's, depois das bandas ou dos artistas principais no palco principal, o palco que vai ficar identificado assim junto ao Parque Radical – ou ao dito parque onde supostamente iria surgir o pulmão verde da cidade – é aqui que vão estar centralizadas as festividades do concelho, nesse palco (palco n.º 4.630). E por isso, os DJ's vão estar, no final da noite, junto desse palco. Dizer o porquê de serem aqueles DJ's: a Câmara Municipal do Marco reuniu com a Associação Marco Vivo, que é a associação de bares aqui do centro da cidade do Marco, e propusemos – nós, Câmara Municipal – que eles também colaborassem connosco neste novo modelo de festividades. Aliás, fizemos-lhes esta proposta para as festividades e fizemo-lo também para o Grande Prémio de Jet-Ski, que vai ocorrer precisamente no fim de semana antes das festividades do concelho, lá em baixo, em Sobretâmega, onde os bares também vão estar presentes. Entendemos nós que devemos levar os mais jovens e devemos levar os bares com animação para junto daqueles eventos que nós queremos levar a cabo. E por isso, a Associação Marco Vivo, que é a associação de bares aqui do centro da cidade, decidiu que participavam na animação das festividades do concelho, porque são aqui no centro da cidade, e em contrapartida pagariam a animação dos DJ's durante a noite, sendo que há uma contrapartida: é que encerram os seus bares aqui, no centro da cidade, e abrem lá os bares junto ao palco. Por isso, esta foi uma opção tomada também pelos bares, pelos cerca de dez bares – até porque o espaço também não dava para mais – mas foi coordenado tudo entre eles, reuniram connosco, tiveram esta decisão, encerram os bares aqui e vão abrir os bares junto ao palco principal. E por isso, dar-lhe conta de que esta é a decisão, e dizer-lhe também que o requerimento, além do requerimento do Sr. Samuel Vieira, entrou um outro requerimento, ao qual o Sr. Vereador já respondeu esta semana, e creio que também já falou com o Sr. Vereador, mas ele terá todo o gosto em pôr por escrito esta resposta que eu agora aqui acabei de dar. E creio que das Festas do Marco, encerramos aqui também este ciclo de questões que nos foram colocadas.

Festival do Anho Assado, exatamente. O Festival do Anho Assado, iniciativa da Confraria do Anho Assado: foram levadas a cabo duas reuniões, muito iniciais, creio até que durante o mês de dezembro e janeiro, com a Confraria do Anho Assado, onde a Câmara Municipal também apresentou o seu ponto de vista – neste caso em particular, fui eu que estive reunida com a Confraria do Anho Assado, e fiz chegar à Confraria do Anho Assado a minha perspetiva sobre este evento. Achava – e continuo a achar – que o Festival do Anho Assado perdeu qualidade ao longo dos anos. A iniciativa foi meritória, de reunirmos o anho assado, o nosso prestigiado anho assado, dentro de uma tenda, e tentar trazer população de fora do Marco a conhecer este prato sobejamente conhecido na região. Efetivamente, ao longo dos anos, o evento veio a perder qualidade, e no último ano, quando fizemos este Festival do Anho Assado no Mercado Municipal, acho que, efetivamente, não foi a melhor escolha. Tentou-se arranjar uma alternativa à tenda, mas não foi a melhor escolha, e a minha opinião foi partilhada por todos os que estavam na reunião. Efetivamente, não foi, correu mal. E por isso, havia que haver aqui uma outra alternativa, sendo que a posição do Executivo, na minha pessoa, era de que não devíamos fazer o Festival do Anho Assado numa tenda, porque isso trazia-nos alguns constrangimentos. Havendo aqui algumas dúvidas – porque nós não podemos fazer Festival do Anho Assado se



não houver quem o cozinhe e se não houver quem o sirva – decidiu a Confraria do Anho Assado e a Câmara Municipal reunir com, creio, os catorze restaurantes que estavam identificados como sendo restaurantes aderentes da Confraria do Anho Assado. Essa reunião decorreu aqui, no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde estiveram todos os restaurantes convidados – ou se fizeram representar, mas estiveram todos – estiveram os representantes da Confraria do Anho Assado também. E a opinião foi unânime: o modelo seguido até então para promovermos o anho assado não era o melhor. E por isso, decidimos arranjar uma outra alternativa, conforme nos foi pedido, e foi dada essa sugestão pelos restaurantes, que fizéssemos a promoção do anho assado dentro dos restaurantes. Quem procurar o Marco de Canaveses para comer um bom anho assado, se for a um restaurante, terá certamente um conjunto de logística associada a esse restaurante que nos dá essa garantia. Se eu hoje for a um dos bons restaurantes da cidade, que seja um dos restaurantes aderentes da Confraria – ou não, mas estamos aqui a dar privilégio aos aderentes da Confraria do Anho Assado – comer um anho assado, certamente terá melhores condições de conforto, terá melhores condições de ser mais bem servido, e também não implica que os restaurantes trouxessem, como era agora, porque as festividades do concelho este ano coincidem também com algumas comunhões ao longo do concelho, e por isso os restaurantes disseram logo que não tinham capacidade técnica de montarem na tenda um restaurante e terem na mesma o seu restaurante a funcionar, até porque isso implicava recrutar mais recursos humanos, implicava uma logística enorme, e eles não estavam, de facto, motivados para participar num modelo de Festival de Anho Assado assim. E por isso, foi decidido com os restaurantes que, este ano, a promoção do anho assado ia ocorrer nos restaurantes. E os senhores responsáveis pela Confraria do Anho Assado estiveram nessa reunião, e ouviram qual era a posição dos restaurantes.

Entretanto, agora que estávamos prestes a fazer também a divulgação, e estamos a consolidar a estratégia de divulgação deste Festival do Anho, já foram identificados os restaurantes aderentes da Confraria, são catorze, e por isso, ficou claro que a Câmara Municipal faria o contato com os restaurantes, porque a Confraria do Anho Assado nos deu conta de que não estaria disponível para colaborar neste evento. Ou seja, entenderam que não tinha sido feito o evento na tenda, que teriam também que fazer a entronização numa data que mais ou menos já estaria definida, e acharam que os restaurantes, e bem, devem participar nas festividades do concelho, mas a Confraria do Anho Assado, nos moldes que eram habituais, entendeu que não devia colaborar. Isso não impede, naturalmente, o Executivo da Câmara Municipal de fazer uma ação promocional intensa (que vai fazê-lo), para que quem nos visite com este programa das festividades, que é, como disse, e muito bem, mais apelativo, possa vir ao Marco de Canaveses comer o anho assado, dormir no Marco de Canaveses e visitar aquilo que de melhor nós temos, que é esse o nosso objetivo. E por isso, o nosso objetivo é mesmo promover o anho assado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sr. Samuel Vieira, tenha paciência, mas não pode ser.

Eu proponha dez minutos de intervalo, mas pedia-lhes que não atrasassem, porque senão complica-se a hora de almoço.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Srs. Deputados, eu pedia silêncio para retomarmos os trabalhos. Muito obrigado.

Ora, passamos de seguida ao **Período da ordem do dia**.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita da Presidente de Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria aproveitar só – como é normal, não vou ler aqui a informação escrita toda, mas queria apenas realçar aqui dois ou três aspetos que acho que são importantes.

Dar nota da instalação do Conselho Municipal de Educação para o triénio 2018-21, ocorreu em abril, já voltámos a reunir em junho, já estamos com todas as problemáticas que têm a ver com a educação em cima da mesa, já houve reflexão, já houve discussão com todo o Conselho Municipal de Educação sobre as questões da educação do concelho.

Dizer também que na última reunião do Conselho Municipal de Educação aprovámos aquilo que foi designado por Plano de Combate ao Insucesso Escolar, e que nós batizámos como “#sucessoescolar”, e que, no fundo, tem um conjunto de medidas, onde inclui também o Plano de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, mas só para terem alguma noção do que é que está aqui em causa na área da educação, estamos a falar na previsão de fazermos obras nas escolas, em doze escolas do concelho, onde vamos proceder à retirada do amianto – dessas doze, oito têm amianto – onde vamos depois também proceder à substituição da caixilharia por caixilharia de vidro duplo e térmica, e outras pequenas reparações que envolvem também esta obra de requalificação das doze escolas. Dizer-vos que são um milhão e meio de euros (1.500.000€) que se prevê gastar nestas requalificações.

Vamos ter também este ano uma nova atividade extracurricular – nós já temos a educação física e o inglês, mas vamos ter este ano também a música, a dança e a expressão dramática (teatro). Para o ensino desta atividade foi convidada a Academia das Artes (Artâmega), que vai levar a cabo esta nova atividade extracurricular em todo o concelho. Exclui-se aqui apenas a Escola EB1 do Marco, a pedido, neste caso, da Associação de Pais desta escola, que pretende que seja a Associação de Pais a dinamizá-la. Dizer-vos que também é um investimento da Câmara Municipal nesta área da educação para poder dar oportunidade às nossas crianças de terem música, teatro e dança, no valor de cinquenta mil euros (50.000€), é o investimento que a Câmara Municipal vai fazer nesta nova atividade extracurricular. Estamos também a prever, de acordo com aquilo que também são as orientações do Governo, a implementação do programa de fruta escolar. A Comunidade Intermunicipal já está a levar a cabo a contratação de sete técnicos numa equipa multidisciplinar – três terapeutas da fala, duas assistentes sociais e duas psicólogas, que vêm trabalhar com os Agrupamentos de Escolas do Marco no projeto de combate ao insucesso escolar. Temos também outras coisas, como por exemplo, a aquisição dos *kits* de ciências, a concretização de duas salas designadas de salas do futuro – uma no Agrupamento de Escolas do Marco, e outra no Agrupamento de Escolas de Alpendorada – e temos também um plano de sensibilização onde a Proteção Civil da Câmara Municipal, a GNR e a Polícia Municipal vão também desenvolver atividades de formação e de sensibilização com os



Agrupamentos de Escolas. Estas são apenas algumas das medidas do projeto que vamos também apresentar agora, depois de ter sido aprovado esta semana no Conselho Municipal de Educação.

Queria também dar nota de que, este ano, a Câmara Municipal também levou a cabo uma das atividades com a qual se tinha comprometido, que era ter abertos os jardins de infância nas férias, ou nas interrupções letivas. Vamos começar agora, já na próxima semana, foram contactados os Agrupamentos de Escolas e todos os Srs. Diretores dos Agrupamentos para nos informarem da pretensão – e neste caso os Srs. Presidentes de Junta – da pretensão de terem estabelecimentos de ensino abertos na sua freguesia, pelo menos um estabelecimento de ensino nas suas freguesias. Houve uma aceitação muito grande por parte dos pais a este desafio de podermos ter os jardins de infância abertos agora, durante o período de interrupção letiva, estão inscritas cerca de quinhentas pessoas, neste caso, quinhentas crianças ao longo de todo o concelho, para arrancarmos, já na próxima segunda-feira, com este programa que ocupará as nossas crianças do pré-escolar, também durante o mês de julho. Dar nota de que esta semana, o Ministério da Educação já fez esse desafio – aliás, essa imposição, diria eu – que no próximo ano os equipamentos escolares vão ter que estar abertos durante todo o ano e nas interrupções letivas – estamos aqui a falar também na páscoa e no natal – e por isso, também o Ministério da Educação vai ao encontro daquilo que são as pretensões do Executivo Municipal nesta matéria.

Dizer-vos também que foi feito um grande trabalho na área da Proteção Civil, já tivemos oportunidade de falar nele, realçar aqui também a constituição, ou a aplicação de uma matéria muito importante na área da Proteção Civil, que é o projeto “Aldeias seguras, pessoas seguras”, que há duas freguesias que já adotaram este projeto (a Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo e a Freguesia de Soalhões), temos também levado a cabo várias ações de sensibilização nesta matéria, e por isso, dar nota disso.

Na parte da cultura e património, dar conta de que estão para iniciar as obras da Rota do Românico na Capela de S. Lázaro, na Freguesia do Marco, mais concretamente em S. Nicolau, e também a requalificação da Ponte do Arco, na Freguesia da Folhada, Várzea e Aliviada.

Queria também dar nota – não me querendo aqui cingir a tudo o que está na informação escrita, mas queria dar nota, até porque foi aqui levantada a questão pelo Sr. Município Samuel Vieira, do apoio da Câmara Municipal às associações, e muitas das vezes a Câmara Municipal aparece, como é normal, nas festividades ao longo do concelho, e costuma apoiar financeiramente essas festividades. É uma matéria que vai à Reunião de Câmara, por protocolo, mas que dificilmente sai para fora do município, ou dos Paços do Concelho. E por isso, eu queria só dar nota, desde a última reunião de Assembleia Municipal até esta, dos subsídios que a Câmara Municipal aprovou na área do apoio ao associativismo. Por exemplo, temos aqui a Associação Cultural e Recreativa de Tabuado, que teve um apoio de mil euros (1.000€) para a concretização do seu Plano de Atividades; a Associação Cultural “Descobrir Tradições” teve uma comparticipação de quinhentos euros (500€) para o seu Plano de Atividades; a Associação Cultural, Artística e Desportiva de Vila Boa de Quires recebeu uma comparticipação financeira para o cumprimento do Plano de Atividades no valor de dezoito mil euros (18.000€); o Grupo Desportivo de Tabuado teve também aqui um apoio no seu evento “Sendas do Almocreve”, no valor de mil euros (1.000€); os Amadores de Pesca do Marco receberam quatro mil euros (4.000€) para a



prosseção do programa de desenvolvimento desportivo apresentado no seu Plano de Atividades; a Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão teve um apoio de dez mil e novecentos euros (10.900€) para as obras do Complexo de Alpendorada – neste caso em concreto, foi para a capela mortuária, para o mobiliário e equipamento da capela mortuária; a Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão teve também um apoio de quatro mil euros (4.000€) para a realização das Marchas de S. João Batista; a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo teve três mil, novecentos e oitenta e dois euros (3.982€) para o seu livro designado “Memórias do Tâmega”; a Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração levou quinhentos euros (500€) para a realização das Festas em honra de Santo Isidoro; o Ginásio Clube de Alpendorada assinou um protocolo para o desenvolvimento desportivo, no valor de vinte mil euros (20.000€); o Clube de Caçadores do Marco, quinhentos euros (500€) para organização da prova de tiro aos pratos na modalidade de fosso universal; a Academia das Artes do Marco de Canaveses e Associação Cultural, um valor de mil e quinhentos euros (1.500€) para o estágio da orquestra sinfónica e concerto de encerramento das festividades do concelho; o Jet-Ski e Motonáutica do Norte, estamos a falar de um apoio de doze mil e quinhentos euros (12.500€), que é um apoio financeiro para a prosseção do programa de desenvolvimento desportivo; o Clube de Cicloturismo do Marco, novecentos euros (900€); a Casa do Benfica, dois mil euros (2.000€) para o seu Plano de Atividades; o Grupo Desportivo Foz do Tâmega do Torrão, mil, novecentos e noventa e dois euros (1.992€), também para o seu programa desportivo; a Associação Recreativa e Cultural de Outeiro, quinhentos euros (500€); a ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, cinco mil euros (5.000€); a Associação Desportiva do Marco de Canaveses’09, doze mil e quinhentos euros (12.500€); a Casa do Povo de Vila Boa do Bispo, mil euros (1.000€); a Associação Cultural e Recreativa de Paços de Gaiolo, oitocentos e vinte euros (820€); Fábrica da Igreja Paroquial de S. Nicolau, quinhentos euros (500€); Associação de Funcionários da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, trinta mil euros (30.000€); Associação Coração Alegre, quinhentos euros (500€); Associação dos Combatentes da Guerra do Ultramar, quinhentos euros (500€); Junta de Freguesia de Paredes de Viadores, para a Festa do Couto, quinhentos euros (500€); Junta de Freguesia de Paredes de Viadores, para as Festas em honra de Nossa Senhora do Socorro, mil euros (1.000€); Junta de Freguesia de Paredes de Viadores, para a sua Festa em honra de S. Mamede de Manhuncelos, quinhentos euros (500€). Temos ainda o Grupo de Danças e Cantares de S. Martinho de Sande, que teve quinhentos euros (500€); a Junta de Freguesia de Sande e S. Lourenço, para as Festas em honra de S. Tiago, quinhentos euros (500€); a Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, quinhentos euros (500€) para as Festas em honra de Nossa Senhora de Fátima; e a Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, mil euros (1.000€) para as Festas em honra da Nossa Senhora da Livração. Termina com a Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, com um valor de quinhentos euros (500€) para as Festas em honra de S. Romão de Carvalhosa.

Falamos ainda daquilo que há bocado também aqui os Srs. Deputados disseram, e creio que até foi o Sr. Deputado Celso Santana, daquelas pequenas obras que temos feito ao longo do concelho, e que, de facto, não são visíveis a todos os olhos. Obras por administração direta que a Câmara Municipal tem levado a cabo: construção de sistemas de drenagem de águas pluviais na Rua do Costal, em Alpendorada, Várzea e Torrão; colocação de guardas de segurança (mais conhecidos por *rails* de segurança) nas Ruas de S. Romão, Paço d’Além, Manuel Pinto Carneiro, em Banho e Carvalhosa; colocação de tapete betuminoso em Santa Ovaia (Bem Viver); colocação de tapete betuminoso na Rua da Igreja, e também as guardas de segurança (ou *rails*) na Rua da Cegonha, em Constance; colocação de *rails* de segurança na Rua de Covas de



Baixo e colocação de tapete betuminoso na Rua do Largo da Feira, no Marco; colocação de *rails* de segurança nas Ruas do Gebo e Vista Alegre, em Paredes de Viadores e Manhuncelos, colocação de tapete betuminoso nas Ruas de S. Clemente, da Nossa Senhora da Livração, e arranjo de caminho e valetas na Rua de Serrazola, em Penha Longa e Paços de Gaiolo, construção de sistema de drenagem de águas pluviais nas Ruas de Casais de Vila, de S. Martinho e de Vila, em Sande e S. Lourenço do Douro, construção de sistemas de drenagens de águas pluviais, alargamentos, muretes e vedações na Rua de Mozes e da Cal, também a colocação de tapete betuminoso nas Ruas de Fontelo e Sortelha, e a reparação de um pontão no caminho de Vila Pouca, em Soalhães. Colocação de *rails* na Rua de Agrochão de Além, em Sobretâmega; colocação de tapete betuminoso na Rua Folgosa; construção de um murete na Travessa da Viela e construção de sistemas de drenagem de águas pluviais na Rua de Vista Alegre, em Tabuado. Colocação de esteios na Rua de S. João Batista, construção de sistema de drenagem de águas pluviais na Rua de Ribeiros, em Várzea, Aliviada e Folhada; reformulação e renovação da rede de águas residuais em diversos arruamentos na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. Temos também aqui a execução de redes de águas residuais na Rua da Ribeira, na Freguesia de Bem Viver.

Em relação às empreitadas que estão a ser levadas a cabo, ou neste caso, que foram levadas a cabo até esta Assembleia Municipal: repavimentação de um troço na Estrada da Ribeira, em Soalhães; requalificação da zona envolvente à capela mortuária de Ariz, em Bem Viver; construção de passeios na Rua de Sande, em Sande e S. Lourenço do Douro; pavimentação em cubos de granito na Rua dos Ribeiros, em Várzea, Aliviada e Folhada; caminho da Mata, em Alpendorada, Várzea e Torrão, e no caminho de Barco, em Maureles; construção de passeios na Rua Comandante José Pinto Moreira, no Marco; infraestruturas de saneamento básico e repavimentação da Rua da Igreja em Avessadas e Rosém; arranjo urbanístico do Largo da Estação, na Rua do Ferroviário, no Marco; construção de passeios na Rua Rodrigo Pinto Janeiro, em Constance; colocação de sinalização horizontal em diversos arruamentos do concelho; construção e reabilitação de passeios em algumas das ruas de Alpendorada, Várzea e Torrão; construção de estação elevatória no Lugar de Carvalheira, em Magrelos de Cima (Bem Viver); execução da rede de abastecimento de água e saneamento em Barroca e rede de abastecimento em Espinheiro (Avessadas); estação elevatória de águas residuais no IP10, em Ariz, ETAR do Torrão, rede de abastecimento de água e saneamento no Torrão; construção da conduta elevatória adutora no troço da saída da ponte sobre o Rio Tâmega e a Rua Visconde do Marco e execução da rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em diversos locais do concelho.

Poderia ainda dar-vos nota de um conjunto de serviços que os nossos trolhas, que os nossos carpinteiros, a nossa serralharia e pichelaria têm levado a cabo ao longo do concelho. Destaco, na carpintaria, o trabalho que os senhores carpinteiros têm feito na requalificação de alguns espaços, estamos a falar, por exemplo, em bancos para a Escola da Barroca, mobiliário para a EB1 de Constance, mobiliário para a EB1 de Avessadas, mobiliário para dentro daquilo que são as infraestruturas da Câmara Municipal, temos também a montagem e desmontagem de *stands* nas festividades que são levadas ao longo do concelho, também reforço aqui a capacidade que a nossa carpintaria teve para fazer os bancos suecos para as diversas escolas, que foram feitos aqui na Câmara Municipal. E depois, um conjunto de trabalhos que o nosso serviço de trolhas tem levado a cabo, desde logo a execução de caixas de areia nos jardins de infância, restauro da caleira do edifício da Junta de Freguesia de Tabuado, retificação da rede de saneamento em



Várzea do Douro, ampliação do parque infantil do JI da Livração, execução da base do parque infantil do JI da Freita, execução da base do parque infantil do JI de Lordelo (Vila Boa de Quires), diversas intervenções na EB1 do Cruzeiro, pinturas, retirámos também algumas pinturas que havia, nomeadamente *graffitis*, nas arcadas do Jardim Municipal, etc., etc. Não vou maçar-los mais com isto, mas gostava de também passar a mensagem de que os nossos serviços da Câmara Municipal têm estado em várias localidades do concelho, ao serviço das Juntas de Freguesia e ao serviço também das nossas escolas e jardins de infância. Sei que algumas das solicitações dos Srs. Presidentes de Junta ainda não estão concluídas, ainda não foram respondidas afirmativamente, mas também é o nosso desejo de que agora, neste período de férias – e até fizemos uma candidatura ao IEFP, ao Centro de Emprego e Formação Profissional, para podermos também ter mais oito pessoas em áreas qualificadas, nomeadamente da pichelaria, carpintaria e trolhas, para poderem colaborar neste período de férias – porque os nossos colaboradores, como é normal, também têm direito a férias – e por isso, para podermos também assegurar que os serviços técnicos da Câmara Municipal não param para dar resposta às várias solicitações que os Srs. Presidentes de Junta nos fazem chegar, e também às associações e coletividades do concelho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Ora, quem pretende inscrever-se? Ora, estão inscritos o Sr. Deputado Celso Santana, José Couto, Fernando Barbosa, Miguel Carneiro, Fernando Monteiro, o deputado Américo, Miguel Queirós, Abílio Castro, deputado Mário Luís, Dr. Monteiro da Rocha e Bruno Caetano. Falta alguém? Luciano.

Ora, eu dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Celso Santana. Atenção ao tempo, está muita gente inscrita.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente, peço dispensa dos habituais cumprimentos.

A minha intervenção, que venho fazer, é sobre a informação escrita, diz mais respeito à pág. 20 – vocês têm com vocês também – que é, realmente, a criação das Unidades Locais de Proteção Civil. E com a devida autorização do Sr. Presidente da Junta de Soalhães, de Penha Longa e Paços de Gaiolo, e de todo o Executivo da Junta de Freguesia do Marco, agradecer à Sra. Presidente de Câmara e ao seu Executivo a cedência protocolada do *kit* de primeira intervenção de incêndios, no âmbito deste projeto da criação das Unidades Locais de Proteção Civil. A Unidade Local de Proteção Civil é um direito do Presidente da Junta, conforme alínea o) do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, e é nossa intenção ao criar estas Unidades Locais, exatamente, para proteger a população, ao mesmo tempo ocupar aqueles operacionais que passaram à reserva – por exemplo, o nosso Coordenador da Unidade Local da Proteção Civil vai passar ao Quadro de Reserva dos Bombeiros Voluntários do Marco, o Sr. Osvaldo Teixeira, e que é uma pessoa com muita experiência na área da intervenção de incêndios, na área do socorro, e será este homem que vai coordenar todos os voluntários que irão fazer parte da Unidade Local de Proteção Civil. E consiste em quê? A Unidade Local de Proteção Civil, nós não queremos ser os bombeiros, que vamos chegar a um incêndio em primeiro lugar; nós queremos ser uma mais valia, uma ajuda para libertarmos meios quando há, realmente, um aperto maior de intervenção por parte



dos bombeiros e outras autoridades que estejam a intervir em teatros de operação. A Unidade Local fará o levantamento daquilo que serão as populações que estão em risco, identificação de locais de risco, alerta da população – este, sim, é o nosso principal objetivo, os alertas à população, como devem fazer, para onde se devem dirigir em caso de incêndio, ou de uma situação mais apertada. Identificar os locais, como eu já disse, as populações, porque a população por vezes identifica-se muito mais rápido com os Presidentes de Junta, com o Executivo das Juntas de Freguesia, tem um maior à vontade, contatam diariamente, ou quase diariamente com essas pessoas, e nós, aí sim, temos que ter a nossa capacidade de demover as pessoas a abandonar as suas casas, os seus bens, que por vezes não é fácil. Têm uma vida toda de trabalho à sua volta, e por vezes corre perigo, e as pessoas gostam de se agarrar, e muito bem, àquilo que é deles, mas os bens não valem tudo; há um valor superior, que é a vida de cada um. E nós, aí sim, teremos um papel muito importante, que será alertar as pessoas que para além daquilo que eles têm, há uma vida pela frente, há todo um trabalho ainda a desenvolver. Queremos também ser uma parte útil na verificação, por exemplo, das bocas de incêndio, que muitas vezes, quando há um incêndio, chegam os bombeiros, querem adaptar os seus meios e não funcionam, queremos também participar em todas as verificações, e sermos também interventivos naquilo que serão as intempéries que durante o inverno, e muito bem, todas as três freguesias que têm esta Unidade Local de Proteção Civil estão apetrechadas agora com o *kit* disponibilizado pela Câmara Municipal, podemos também participar em lavagens de estrada, por exemplo, na altura do inverno, quando há uma derrocada para as estradas, está equipada com a motorroçadora, está equipada com a motosserra, e podemos também fazer intervenção quando há uma árvore caída sobre a rua.

Pronto, muito resumidamente, era isto que eu queria dizer, agradecer e alertar também as populações, que estas três novas unidades que foram criadas estão ao inteiro dispor das populações das várias freguesias.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado José Couto.

--- José Couto (Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses e restante Mesa, Sra. Presidente da Câmara Municipal e vereadores, Srs. Deputados, caros colegas, comunicação social, Marcoenses:

Com esta entrega, como o meu colega já referenciou, do *kit* de primeira intervenção, é só para realçar que, como ele diz, não vamos ser bombeiros, mas vamos dar tranquilidade às nossas populações. E essa tranquilidade também passa pela criação e desenvolvimento daquele programa “Aldeias seguras, pessoas seguras”, que está definido na resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro. Este programa tem como objetivo incentivar a população a reforçar a consciência da responsabilidade partilhada, contribuir para a salvaguarda de pessoas e bens e implementar estratégias de proteção para as habitações. Com esta resolução, foi possível na Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, à qual presido, criar a figura do Oficial de Segurança Local em cada aglomerado, para transmitir avisos à população, organizar eventuais evacuações e realizar algumas atividades neles inseridas. Na minha



freguesia, foi designado o aglomerado piloto definido para implementação deste programa, o Lugar de Fandinhães, tendo já sido criado um plano para definição dos caminhos e evacuação dos locais de refúgio e de abrigo de pessoas ali residentes. Este lugar foi escolhido pelas suas características de construção habitacional, e por estar rodeado de vegetação rural e florestal, e principalmente por aquilo que lá se passou no verão passado, que levou a situações de descontrolo, com consequências graves que se poderiam ter tornado muito graves. É um local, uma pequena população, onde vivem cerca de sessenta pessoas, divididas por cerca de vinte e três famílias. Por isso, foi elaborado um plano onde são definidos os procedimentos de aviso e alertas à população, e os procedimentos de evacuação para os locais de refúgio do abrigo para esses locais. Hoje mesmo será realizada uma ação de sensibilização, lá naquele local, e informação aos residentes, para os enquadrar com o referido programa e de os alertar da necessidade de se autoprotegerem em casos de incêndio, que foi o que aconteceu no verão passado.

Uma situação também que eu queria realçar na informação escrita é a tomada de posição que a Câmara tomou com o controlo integrado das pragas nos estabelecimentos escolares, oferecendo assim mais segurança, qualidade e legalidade. Houve uma situação numa escola da minha freguesia, que para além de ter ficado muito dispendioso à Junta de Freguesia, foi difícil acabar com o aparecimento dessas pragas, nomeadamente ratos, tendo sido necessária a intervenção de uma empresa especializada nestas situações. Com esta medida, para além de haver mais controlo, as Juntas de Freguesia que tinham contrato com as empresas, nomeadamente a minha, empresas desparasitantes e de controlo de pragas, ficam livres desse encargo e sobretudo dessa responsabilidade. Por isso, agradeço, em meu nome e em nome de alguns Presidentes de Junta também, estas iniciativas, o que faz com que este Executivo possa vir, e gostava que viesse a ser reconhecido pelo Executivo de proximidade.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao deputado Fernando Barbosa.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Exma. Sra. Presidente, Srs. Vereadores, deputados desta Assembleia, público presente, órgãos de comunicação presentes e ouvintes da Rádio Marcoense, a todos, muito bom dia.

Eu vinha aqui reforçar o que a Sra. Presidente disse – já me tirou aqui algumas palavras – reforçar o que ela tinha acabado de falar há pouco, no apoio às coletividades. E de facto, dizer que hoje o apoio que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia dão às várias coletividades é de veras importantíssimo. E eu posso dizer, na minha freguesia, se a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia não apoiassem o carnaval da ACRT, nós não tínhamos carnaval em Tabuado. Da mesma forma devo dizer que se a Câmara Municipal não apoiasse de uma forma considerável o Sendas do Almocreve e a LIMFA, nós não tínhamos futebol e não tínhamos Sendas do Almocreve em Tabuado. Portanto, da mesma forma – e a Sra. Presidente, há pouco, esqueceu-se – se a Câmara Municipal não tivesse apoiado, ainda agora muito recentemente, a Casa do Povo numa verba ainda significativa, que irá proporcionar desenvolver uma série de obras que deveriam estar contempladas desde o início da obra, e que põem em causa a própria segurança



dos utilizadores daquele espaço, a Casa do Povo nesta altura não se podia ter candidatado a alguns protocolos com a Segurança Social. Portanto, em nome das coletividades de Tabuado, e no fundo, de todas do concelho, eu agradeço o apoio que a Câmara Municipal tem dado.

Relativamente às Festas de Tabuado, Sra. Presidente, eu deixava aqui um apelo para que a Sra. Presidente, e tendo em conta que ainda não atribuiu um subsídio às Festas de Tabuado, e que tendo em consideração o facto de não termos tido o palco, que é, de facto, outra ajuda logística que era muito importante, e que era até agora posta à disposição, não só das associações, como das comissões de festas, que a Sra. Presidente fizesse um esforço e na hora de atribuir o subsídio, nos desse uma compensação para fazer frente à despesa que tivemos com o palco, e desta forma matávamos aqui uns quantos ratos.

Também, já agora, aproveitar este momento para convidar, que a associação celebra hoje o seu 35.º Convívio de Folclore, em Tabuado, a partir das vinte e uma horas. Portanto, quem gostar de folclore, hoje o rumo é Tabuado.

E também só deixar mais uma nota: no último mês de maio decorreu, integrado no Sendas do Almocreve, uma prova de BTT que contou para o Regional XCM do Porto, e também pontuável para a Taça Nacional. Foi um êxito a todos os níveis, reconhecido por todos, a começar pela Associação de Ciclismo do Porto e a própria Federação, que nos deu os parabéns, não só a nível organizativo, mas a nível desportivo. E só para ficarem cientes da importância da prova, dizer-lhes que estiveram presentes os atuais campeões nacionais, que duas semanas depois se consagraram, em Melgaço, campeão nacional, e vou frisar o nome do atleta Rúben Almeida, que foi na categoria principal, foi ele o vencedor aqui da prova, e duas semanas depois, sagrou-se campeão nacional, em Melgaço. Portanto, Sra. Presidente, muito obrigado por ter apoiado o Sendas do Almocreve e esta prova, e sem o apoio da Câmara, nós não poderíamos levar avante este tipo de organização.

Penso que disse tudo. Tinha mais algumas coisas para dizer, mas a Sra. Presidente já fez referência a elas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito bom dia. Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas de Assembleia Municipal, Marcoenses que nos escutam através da rádio e também do *site* da Assembleia Municipal.

Eu sou uma pessoa com muitas qualidades e defeitos, o ciúme não costuma ser uma delas, mas o bairrismo, não sei, umas vezes é uma qualidade, outras vezes é um defeito. E hoje, vi muita gente saudar, e muito bem, o trabalho que se tem feito nas Marchas de S. João, em Alpendorada, mas eu gostava de sublinhar que as Marchas de Santo António, em Vila Boa do Bispo, tiveram só menos uma marcha, tiveram um apoio incrivelmente menor que as Marchas de



Alpendorada, e pronto, se calhar também fazia parte do nosso rol de funções divulgar e convidar todos os deputados desta Assembleia Municipal, tal como convidámos a Câmara Municipal, mas para o próximo ano acho que nos lembraremos desse detalhe, porque eu começo a achar que as Marchas de Vila Boa do Bispo estão um bocadinho para o Marco de Canaveses como estão os Açores para a Europa, um segredo por descobrir. Eu acho que vale a pena vocês tratarem da vossa agenda para o fim de semana, para o próximo ano, e Santo António, eu sei que rivalizamos com as Marchas de Lisboa, mas a seguir às Marchas de Lisboa, vale a pena ir lá ver as Marchas de Vila Boa do Bispo.

O assunto que me traz aqui, muito concretamente, é o alargamento das atividades de animação e apoio à família, mais concretamente no pré-escolar, também no horário de julho. E este assunto traz-me aqui por quê? Porque esta foi uma das batalhas que eu sempre procurei ganhar junto do anterior Executivo da Câmara Municipal, e mais concretamente junto da Sra. Vereadora que anteriormente tinha este pelouro. As atividades de animação e apoio à família são uma conquista recente da nossa sociedade, localmente é um processo e um caminho que se tem vindo a fazer desde os tempos em que a fundação de que eu tenho imenso orgulho, mais uma vez, em Vila Boa do Bispo, através do seu CLDS, foi implementando ao longo do concelho e licenciando campos de férias que hoje em dia funcionam, e muito bem, e continuam cada vez mais a implementar-se em todo o concelho, mas agora passamos a uma outra fase, que é a implementação, no mês de julho, das atividades de animação e apoio à família. Eu espero que este seja o primeiro passo de uma generalização de um serviço que se pretende mais alargado, nomeadamente também no 1.º ciclo do ensino básico – mas nós, em Vila Boa do Bispo, por exemplo, vamos disponibilizar também essa resposta exatamente para o 1.º ciclo do ensino básico, mas eu acho que é, acima de tudo, uma resposta que é importante generalizar, porque hoje em dia, no séc. XXI, com as famílias como nós temos hoje configuradas, com os pais a trabalhar, com os avós a trabalhar, é importante ter esta resposta durante o mês de julho – se possível em agosto, mas um passo de cada vez. E acima de tudo, eu queria dizer que é importante também ter em consideração que esta resposta, sendo tão generalizada quanto possível, também deve ter a sensibilidade necessária para não abafar aquilo que é a iniciativa privada, designadamente dos campos de férias, atividades económicas que são desenvolvidas, porque se trabalhou para se criar este setor, trabalhou-se para se criar esta resposta e criar esta necessidade, e hoje nós temos que saber articular aquilo que são as ofertas de mercado, também com as necessidades primárias. E dou um exemplo em concreto: nós, em Vila Boa do Bispo, vamos ter cinco crianças que são sinalizadas pela CPCJ a participar no campo de férias a título gratuito, e eu acho que deve ser esse um bocadinho o caminho que se deve seguir em todo o concelho. Eu acho que acima de tudo se deve refletir da seguinte forma, que é: esta é uma resposta que, tanto quanto percebo, está a ser feita num regime de piloto no país, através de um desafio lançado pela própria Câmara Municipal à Sra. Secretária de Estado, e como tal, acho que é um excelente exemplo de que nós, enquanto Marcoenses, seja enquanto autarca, mas também enquanto profissional ou atleta – e eu aqui ressalvo e sublinho aquilo que já foi dito por anteriores colegas, somos capazes de liderar em modalidades como o andebol, como a canoagem, com títulos nacionais, somos capazes de liderar com empresas no setor dos granitos, do têxtil e até outros setores, e ser bons exemplos a nível nacional também no associativismo, e aqui acho que também devemos pegar nisto e pensar que este deve ser um exemplo que nós devemos tomar como interno para que noutras áreas, noutros setores, nós também procuremos, olhando sempre para cima, trazer novas respostas e novos desafios para o Marco de Canaveses. Por isso, pessoalmente e em nome da Junta de Freguesia, acho que é



meu dever agradecer este passo que foi dado, parabenizar pela audácia de ter dado o passo em frente, de ter olhado para cima, porque isto vai permitir depois às Juntas de Freguesia também alargar um bocadinho mais a sua capacidade de resposta, desenvolvendo atividades mais completas, com menos exigências a nível orçamental. Esperemos que este ano seja um ano bem-sucedido, porque eu acho que para o ano será muito útil ter este tipo de respostas e, se possível, alargadas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas membros da Assembleia, público, Marcoenses que nos escutam, bom dia a todos.

Aproveitar a deixa do meu amigo Miguel Carneiro, que deixou aqui, dos campos de férias e desta atividade, e dizer aqui por que é que Vila Boa de Quires e Maureles não aderiu este ano da forma como o vamos fazer, mas felicitar o Executivo da Câmara, porque também acho que isto era permanente, mas nós já tínhamos assumido anteriormente com a Cooperativa Palhuças um campo de férias de forma diferente, até para os meses de verão, e por isso felicitar o Miguel, porque isto preocupa-nos, nós já íamos fazendo, e por isso, como já tínhamos assumido, e até com as funcionárias já tinham contrato de trabalho, que terminaram aquando do fim do ano letivo, não tínhamos a possibilidade. Acho que devemos todos, para o ano, antecipadamente programar, já em setembro, como é que vai ser para o ano, porque aí nós prolongávamos os contratos de trabalho das funcionárias até ao mês de julho, que agora só estavam até ao mês de junho, e aí eu não tive hipótese, e também considere o que já tínhamos feito com parcerias anteriores, e até com o Caerus, que já fizemos também lá e que correu muito bem, e também temos quatro ou cinco crianças sinalizadas que vão frequentar gratuitamente, que a Junta de Freguesia até vai suportar essa despesa. Por isso, felicitar o Executivo por esta ideia; acho que devemos todos pensar antecipadamente, já em setembro, como é que será para o próximo ano.

Também agradecer à Sra. Presidente da Câmara e ao seu Executivo a ideia de prolongar as atividades extracurriculares com a ideia da música, porque eu acho que devemos valorizar também isso. Não basta só dizermos que devemos ter a terra da música, ou devemos ser, mas se nós não proporcionarmos às crianças uma forma de começar e de ter incentivos para gostar de música, nunca iremos ter, de certeza absoluta, músicos, e se a Banda de Música de Vila Boa de Quires não tivesse uma escola de música, com certeza que daqui por uns anos não haveria trompetes, nem tubas a tocar na banda. Por isso, temos que cimentar a ideia, desde pequeninos, e por isso, felicitar por entregar à Artâmega, porque acho que é mais uma fonte que eles podem explorar para ter alguns benefícios financeiros.

Também agradecer à Sra. Presidente o caminho do Barco, é um caminho em Maureles, de acesso ao rio, para beneficiar uma frente ribeirinha. Esperemos que tenhamos essas vantagens, como assim queremos.



Também fazer uma pergunta à Sra. Presidente, que já foi aqui dito hoje com as escolas, nós tínhamos falado com a Escola de Maureles, e eu sei que entrou nessa candidatura, só que provavelmente nestas férias já não terá essa intervenção, era sabermos o *timing* em que vai ser feito. A Escola de Maureles tem o amianto, a caixilharia já foi substituída no ano passado, também a instalação elétrica, saber também desse *timing*, se vai ser feito e quando, para termos essa ideia.

Também só alertar a Sra. Presidente, porque eu acho que me preocupa a mim e aos outros colegas Presidentes de Junta, que são as situações das empreitadas, porque segundo o que eu percebi da Sra. Presidente, as empreitadas ainda não foram lançadas a concurso, provavelmente alguns de nós não vamos ter obra este ano, porque se for lançado agora, depois metem-se as férias, setembro, outubro, depois vem a chuva, depois os paralelos não se seguram na chuva, o empreiteiro desculpa-se, lá para março ou abril, se tudo correr bem, teremos as obras deste ano. Eu perdoo-lhe, Sra. Presidente, porque foi o primeiro ano, nós estamos aqui a ver como é que vamos fazer, mas era só, para o próximo ano, às tantas começarmos logo de início, para ser feita a empreitada mais cedo, para que nós possamos ter obra mais cedo, porque as pessoas perguntam-nos quando é que vai ser feito, quando é que não vai, e nós não temos resposta.

Também dizer-vos – e também um alerta ao Executivo, eu sei que é responsabilidade dos Presidentes de Junta, das Unidades Locais de Proteção Civil, mas eu queria perguntar, porque eu sou representante também na Defesa da Floresta, e até na última reunião que tivemos fiz essa pergunta lá, porque em Vila Boa de Quires e Maureles, nós já fazemos isso desde o ano passado, todos os anos reunimos com proprietários de terrenos e temos um levantamento do que é que eles têm, de quantas cisternas têm, de quantos tratores têm, a quem é que podemos ligar, para todos acudirmos a uma situação de emergência. A mim estranha-me – eu não quero pensar noutra coisa, mas nessa reunião, eu até perguntei como é que deveríamos agir dessa forma, o que é que eu deveria ter, porque não tenho capacidade, e admito isso, para gerir isso dessa forma, porque não é a minha área, e até falei com o Sr. Comandante da GNR, com o Sr. Comandante dos Bombeiros, e eles disseram-me que era uma ideia boa, só que eu acho que a Câmara Municipal, não sei se fez algum estudo dessas Unidades Locais de Proteção Civil, se incentivou, porque aí eu acho que Vila Boa de Quires e Maureles, que até é uma das áreas mais afetadas pelos incêndios – como prova disso, tivemos a possibilidade que a Sra. Presidente queria, de instalar um reservatório no Crasto – eu sei que tenho que me chegar à frente, Sr. Deputado, mas eu estranho é que as Unidades Locais de Proteção Civil, a Câmara Municipal apoiou essas unidades. Eu estou aqui numa situação de cooperação, e só estava a alertar que devíamos, às tantas, em conjunto, sinalizar esses sítios mais adequados, e a Câmara Municipal – eu sei que nós temos que tomar a iniciativa, mas às tantas não custa nada a Câmara Municipal, porque tem meios técnicos, tem assessores, e que deveriam alertar as Juntas de Freguesia, que até nem têm tanta queda para isso, mas dizer: “Sr. Presidente, olhe que poderia aproveitar esta oportunidade de fazer isto”, porque eu acho que devia ser assim. Mas, isso é na minha humilde opinião, porque não quero jamais ser mal interpretado nessa situação. E acho que se a Câmara Municipal me der essa oportunidade, de eu saber como devo proceder para a criação dessa Unidade Local de Proteção Civil, porque, no fundo, nós já a temos criada, mas não está devidamente, porque nós já fazíamos essas reuniões, e eu disse-o na Defesa da Floresta, onde devia ter dito, porque acho que era na Defesa da Floresta, a nível municipal. Pronto, é o que eu tenho dito, não quero ser mal interpretado pela Sra. Presidente, quero é ser



alertado, para se houver alguma possibilidade, que eu até nem leia, e que até nem saiba, que o Executivo tenha capacidade para algumas pessoas nos alertarem e dizer: “Sr. Presidente, olhe que deve aproveitar esta oportunidade.” Só isso, mais nada.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado Américo Moreira.

--- Américo Moreira (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, caros Marcoenses:

Relativamente à informação escrita, Sra. Presidente, duas questões muito simples e diretas. No início do seu mandato, fez grande publicidade ao concurso de ideias para a criação de uma imagem para o município. Nove meses depois, gostaríamos de saber quantos candidatos se apresentaram a concurso, se já há algum projeto vencedor, se já tem alguma novidade relativamente a esse assunto.

Na sua informação escrita faz também referência às várias obras por administração direta e empreitadas. Ao lê-las, verificámos que há aqui obras descritas que já terminaram há mais de meio ano, e outras que aqui são descritas como construção de sistemas de drenagem de águas pluviais, que não passaram de colocação de uma caixinha de drenagem de águas pluviais. Ou seja, nesta informação escrita estão descritas obras concluídas há muito tempo, e obras pequenas, mas apresentadas como de grande elaboração. Gostaria de apelar, Sra. Presidente, a que tenha alguma atenção a estas questões, que na informação escrita comece a ser mais específica.

Para além da falta do pré-acordo – ou seja, não existe nenhum pré-acordo, como foi comprovado nesta Assembleia Municipal, ou se existe, esclareça de uma vez por todas em que é que consiste o pré-acordo. Também no ciclo da água constatamos que não há mais investimento ou obras a não ser aquelas que já vêm do mandato anterior. Para quando mais investimento por parte deste Executivo em novas obras de água e saneamento?

Disse.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado Miguel Queirós.

--- Miguel Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadores e Manhuncelos, PS) ---

Passando os habituais cumprimentos, passo a dizer o seguinte: sou muito orgulhosamente Conselheiro Municipal da Educação, e na reunião do último dia 27 de junho, foi referido que foram alterados os destinos de alguns fundos para a eficiência energética, e que estes serão para investir em doze escolas básicas do município, com um investimento total de um vírgula cinco milhões de euros (1.500.000€). De referir que esta escolha é muito acertada. A intervenção nas caixilharias, com a colocação de portas e janelas em PVC com vidro duplo, a colocação de capoto, a colocação de painel sanduiche nas coberturas – que naquelas que têm amianto vai



aproveitar para ser retirado e acrescentar o painel sanduiche, que é melhor termicamente – a alteração da iluminação para iluminação LED, vai permitir melhorar em muito as condições que os alunos terão, pois já há muito que estas intervenções são necessárias, e em segundo, diminuir muito – e a Sra. Presidente vai poder verificar – a conta da eletricidade. E quando for possível, digo também que seria importante nós fazermos uma intervenção nos sistemas de climatização das escolas, porque com esta alteração, iríamos, então, fazer uma diminuição muito grande na fatura da eletricidade. Iriam verificar que ao fim de alguns anos, passávamos a ter retorno. Eu recebi, por exemplo, a conta da eletricidade de algumas escolas da minha freguesia, e houve uma média anual de setecentos euros (700€) mensais de eletricidade, numa escola em que o fogão é a gás, o aquecimento da água é a gás, uma conta de setecentos euros (700€) mensais só para a iluminação e aquecimento é muito grande. Se forem feitas essas intervenções termicamente, tenho a certeza que em poucos anos vocês vão conseguir reaver esse investimento, e com isto melhorar também as condições dos alunos.

E dizer também que o investimento na educação, para mim – e deixe-me dar a minha opinião – é a base para um crescimento sustentável do município, porque nós, ao investir na educação, vamos conseguir um crescimento sustentável, e com isto temos melhores cidadãos, que vão fazer evoluir o nosso município.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado Abílio Castro.

--- Abílio Castro (Presidente J.F. Constance, PS) ---

Sr. Presidente, dispensava os cumprimentos.

Sra. Presidente de Câmara, tinha aqui, antes de passar à informação escrita, uma ideia minha, uma sugestão, que a Sra. Presidente falou dos palcos, eu penso que a Câmara, ou o Executivo, devia rever essa situação dos palcos. Na minha ótica, na minha modesta opinião, acho que a Câmara não devia comprar palcos, porque dois palcos, já no passado, nos Executivos que passaram por cá, dois palcos não dão resposta às coletividades todas, porque ainda hoje, por exemplo, temos três eventos, temos também o 8.º Festival em Constance, há em Tabuado – ou a Câmara Municipal vai comprar três ou quatro palcos, e depois é a logística para os montar. Na minha modesta opinião, acho que era preferível atribuir mais uma mochila financeira, não digo suportar, porque o aluguer de um palco, por exemplo, hoje custa trezentos euros (300€), quatrocentos euros (400€), em média, eu acho que, na minha modesta opinião, a Câmara deveria repensar, porque depois não é só o palco; é preciso montá-los, e depois é período de férias, quatro ou cinco colaboradores andam mobilizados para montar palcos e desmontar palcos. Pronto, e depois há outras coisas, que é onde é que eles vão ficar, os arranjos, e vamos ter sempre esse problema. Na minha opinião, acho que a Câmara deveria repensar esse modelo e dar mais uma mochila financeira às coletividades, porque nem todas são abrangidas, nós temos noventa e tal coletividades no Concelho de Marco de Canaveses, e dois palcos não chegam para um terço. É a minha opinião.

Sra. Presidente, como há bocadinho também vim aqui questionar, na minha última intervenção, dois pontos sobre obras em Constance, também tenho a humildade de vir aqui agora agradecer



as obras que estão em curso na minha freguesia. Muito obrigado, e espero que seja um contributo para todos, para Constance, e também para o Concelho de Marco de Canaveses.

Muito obrigado. Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Pedindo dispensa das habituais saudações, porque já fiz uma intervenção, gostaria de colocar aqui uma questão à Sra. Presidente de Câmara, se poderia dar um esclarecimento: verifiquei, ou constatei, se não estou enganado, um protocolo com uma verba de subsídio para o Ginásio Clube de Alpendorada de vinte mil euros (20.000€). Atendendo ao valor desta verba, gostaria, se possível, de uma explicação desse valor, se tem a ver com algum funcionário, ou algo do género.

Aproveito, se me permitem, para dar nota de que realizámos um torneio de encerramento de desporto escolar, em duas modalidades em conjunto, no passado dia 26, junto ao Parque de Lazer no Tâmega, aproveitando desde já para agradecer à Cruz Vermelha, aos Bombeiros, à Junta de Freguesia, à Câmara Municipal, e que teve a presença do Sr. Vereador Paulo Couto, a colaboração prestada. E dou nota disto para referir que este ano tivemos muitas escolas novas que não vinham cá habitualmente, e fiquei muito orgulhoso pelos grandes elogios que foram dados à organização também, mas principalmente ao local, ao espaço, às condições, apesar das limitações que nós temos lá, que eu continuo há anos e anos com este problema das condições das instalações sanitárias e balneários, mas os elogios foram bastantes, e eu acho que nós devemos ficar orgulhosos por isso, inclusivamente o responsável do desporto escolar acabou por me telefonar mais tarde, porque ouviu também as manifestações das escolas, a dar os parabéns pelo espaço.

Se me permite também, nós devemos procurar zelar pela criação de condições de segurança para as pessoas, evitando as ratoeiras. Nessa situação, já falei aqui da questão das armadilhas que às vezes se colocam no nosso percurso. Nesse contexto, falei daquela rotunda junto ao parque infantil em Alpendorada, e há um caso que me foi sendo alertado ultimamente, não sei qual o papel que a Câmara pode ter aqui, há um piso que foi mal aplicado junto ao centro comercial, na Avenida Principal, é um piso que, quando molhado, é escorregadio. Já tem lá havido quedas e já ouvi falar de pessoas que ficaram, de facto, com mazelas. Não sei até que ponto será possível alertar ou intervir nesta situação.

Referiu também, e devo elogiar o facto da retirada do amianto nas escolas do concelho, e o apelo que lhe faço é que sempre que puder ou tiver oportunidade, junto do Governo, possa pressionar para que também a Escola EB 2/3 de Alpendorada seja beneficiada com a retirada do amianto, que é um produto cancerígeno perigoso.

Nesta sequência, para terminar, eu tenho neste momento três amigos – dois amigos e uma amiga – em situações complicadas de saúde, vítimas de cancro. Portanto, está tudo relacionado. E aproveito para aqui dar um grande abraço, porque convivi com ele aqui muitos anos, muito trabalho, e força, muita força ao Sr. Teixeira.



Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sra. Presidente de Câmara e Srs. Vereadores, Marcoenses:

Eu hoje venho falar aqui de um assunto que não é propriamente sobre a atividade da Câmara passada, mas é uma sugestão de atividade da Câmara. Venho falar concretamente do nosso pelourinho. Como todos nós sabemos, na maior parte dos municípios deste país, os pelourinhos estão em situação normalmente central, em espaço muito cuidado, como memória histórica do municipalismo de cada concelho – não é preciso dar exemplos, vocês sabem, efetivamente. Aqui no nosso concelho, infelizmente, não se tem dado grande atenção ao nosso pelourinho. Há dias, passando por aí abaixo, pela Rua de S. Nicolau abaixo, reparei que o espaço do pelourinho é um espaço que está abandonado, e o pelourinho não está, digamos, dignificado. E a sugestão que efetivamente faço é que se faça ali qualquer arranjo que ponha em destaque, efetivamente, o pelourinho, porque é o nosso símbolo, é a nossa alma histórica do Concelho do Marco de Canaveses. Deixava essa sugestão, e mesmo até problemas de sinalética, problema talvez de criação de alguma área de proteção – enfim, o que for efetivamente necessário.

E já agora, permitam-me que avance mais uma coisa: nós muitas vezes não damos a devida atenção à parte histórica que temos. E portanto, aqui no Marco de Canaveses nós estamos um bocado convencidos de que o centro histórico é aqui, que o nosso centro cívico e histórico é aqui, e esquecemos do resto. E esquecemo-nos que grande parte da nossa história vem lá de baixo, do rio, das duas igrejas, uma de cada lado, a ponte que efetivamente já desapareceu, e a Rua de S. Nicolau, que vem por aí acima, que ainda tem muitas características antigas e muitas casas, e que eu suponho que, ou num possível plano de pormenor, ou mesmo numa inserção futura no Plano Diretor Municipal, seria de a preservar, pelo menos o que resta, que já não resta o que era, mas era a rua principal, que efetivamente tínhamos o espaço que tínhamos, esse é que seria o nosso centro histórico antigo, mas tivemos uma evolução para cima, ao contrário de outros municípios, que tiveram uma evolução para baixo – por exemplo, Reguengos de Monsaraz veio de lá de cima, de Monsaraz, veio cá para baixo para Reguengos; Figueira de Castelo Rodrigo veio de Castelo Rodrigo para Figueira de Castelo Rodrigo. Nós andamos ao contrário. Pronto, tudo bem, mas efetivamente, eles estão a preservar esses espaços, esses dois concelhos que eu citei, e nós também devemos preservar esse espaço histórico que efetivamente tivemos, isto independentemente de nós sermos fruto da junção de vários municípios, mas no que concerne aqui à zona de Canaveses, há realmente necessidade de preservar. Mas, de momento, acho que numa atuação próxima, seria de dignificar, atuar de alguma maneira sobre o nosso pelourinho, porque, realmente, é o nosso símbolo municipal, ali está a nossa alma municipal, e nós, efetivamente, estamos totalmente esquecidos dele. Isso já não é só de agora, já vem de há muito tempo, e às vezes é uma questão, efetivamente, de lembrança; nós esquecemos muitas vezes das nossas memórias e dos nossos símbolos históricos.

Era isto que eu tinha a dizer.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luciano Costa.

--- Luciano Costa (Presidente J.F. Banho e Carvalhosa, CDU) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados desta Assembleia, estimado público, comunicação social lá em casa, muito bom dia a todos.

Sra. Presidente, esta minha intervenção tem que ser curta derivado ao tempo que tenho, pois só são dois minutos, mas em poucas palavras se pode dizer quase tudo. Sra. Presidente, a si e ao seu Executivo, muito obrigado pelos trabalhos realizados nos últimos tempos na minha freguesia. Vocês sabem quais são. Muito obrigado por aqueles que temos planeados para fazer neste primeiro mandato. Sra. Presidente, como a minha experiência ainda é pouca nestas andanças, será que vamos ter a conclusão dessas obras até ao final do presente ano?

Muito bom dia. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia a todos.

Ultrapassando os formais cumprimentos, após análise da informação escrita que fez chegar a esta Assembleia Municipal, e através dos meios de comunicação disponíveis da Câmara Municipal, é possível ver a atividade da Câmara Municipal nos últimos meses. E daí, posso fazer algumas considerações relativamente a estas situações.

O Gabinete Municipal de Ação Social, juntamente com a CPCJ, tem tido – julgo eu e pela informação chegada – um largo número de processos abertos. Relativamente a esta última questão da CPCJ, hoje presenciámos aqui que já temos uma nova Presidente deste conselho, da CPCJ, e eu gostaria de perceber junto da Câmara Municipal, até em função de algumas outras situações ocorridas na última Assembleia Municipal, se aquele “atrato” acontecido relativamente a esta comissão já se encontra ultrapassado, e como é que se encontra essa situação.

Quanto aos vinte e cinco anos da elevação deste concelho a cidade, acho que é de louvar o convite que fizeram aos Presidentes das Assembleias Municipais até então, que tiveram assento nesta Assembleia, e o que fizeram para eles e com eles relativamente a esse ato, acho que engrandece este órgão ao qual todos nós pertencemos.

Quanto à Praia Fluvial de Bitetos, é de louvar, e sei que este também já é um trabalho que vem de há anos para cá, que a praia acessível a todos também tenha qualidade de água como excelente. Este não é um trabalho de agora, já vem de trás, mas acho que é um trabalho que deve ser preservado, e penso eu que é a única praia fluvial que o concelho tem, e ter esta qualidade, acho que nos deve engrandecer de orgulho o concelho relativamente a esta questão.



Quanto à Feira do Livro, pôs-se em questão a Feira do Livro, e eu julgo que este ano nós conseguimos dar um novo *know how* àquela questão da Feira do Livro. E acho que nós podemos ver logo só pelo cartaz promocional da feira. Olhando para o cartaz, percebi que nós estávamos logo a falar de um outro tipo de Feira do Livro. Por aquilo que me foi dado a conhecer, e pelo que eu presenciei lá na Feira do Livro, acho que toda a gente que por lá passou falou bem desta Feira do Livro, e acho que foi um grande mote que nós demos para a cultura, uma nova forma de fazer a feira – é a minha opinião, penso que para melhor, mas deixo à consideração de todos os outros a respetiva opinião.

Hoje à noite acontecerá a apresentação de um vídeo relativamente a “Tongóbriga – O espírito do lugar”, para o qual eu fui convidado também para a sua apresentação prévia, que aconteceu há cerca de uma semana atrás, e eu acho que este deve ser – sei que esta também é uma situação que já vem de uma transata governação da Câmara Municipal, devido ao apoio que prestaram a eles, mas acho que este é um vídeo que muito vai promover aquele espaço, e convido a todos a verem e a analisarem o conteúdo daquele vídeo, porque eu acho que vai haver grande surpresas relativamente à grandiosidade daquele lugar, e àquilo que era Tongóbriga relativamente à época em que ela foi vivida e o espaço que ela percorreu. Acho que é um grande material que fica para o Marco, que todos nós temos que tirar partido dele, e que acho que vai projetar em muito a cidade de Marco de Canaveses e o concelho.

Dia Municipal do Bombeiro: aconteceu recentemente, e eu só queria aqui chamar à atenção da Assembleia Municipal e aos elementos da Assembleia Municipal: acho que nós também os devemos respeitar, e peço desculpa que eu vos diga isso. Acho que esta Assembleia deveria ter estado lá melhor representada naquele dia. Foi uma atividade que já veio da anterior Câmara Municipal, e acho que nós os devemos respeitar, e acho que nós, enquanto membros desta Assembleia – e estou a falar de parte a parte – acho que o devemos respeitar, e infelizmente vi alguns (não vou dizer quem) a passar de calções e chinelos de dedo em frente às comemorações, e eu acho que isso, peço desculpa, mas para mim é uma falta de respeito o que fazem relativamente a esta questão dos bombeiros. Eu não ficava bem comigo se não dissesse isto aqui nesta casa, e acho que é aqui que eu tenho que o dizer.

Relativamente às festas do concelho, acho que é um novo cartaz que nós temos, uma nova forma de fazer festas, vamos ver como é que isto vai correr. Na próxima Assembleia faremos o balanço, com certeza, delas, e espero que isto vá de bom porto.

Para terminar, no discurso do 25 de abril, a Sra. Presidente da Câmara iniciou neste mesmo espaço a dizer que a aposta na educação era a sua aposta no mandato, além de todos os outros problemas que nós já sabemos associados ao concelho, e acho que estamos a dar início a essas respostas relativamente a estas obras. Só um pequeno apontamento para futuro: julgo que não acontecerá mais nenhuma Assembleia Municipal até essa data, mas nós vamos ter o Feriado Municipal de Marco de Canaveses, que está associado ao Castelinho, e eu temo que um dia destes haja um grave acidente na estrada nacional para o Castelinho. Há uma quantidade infindável de pessoas que fazem peregrinações de vários pontos do concelho para lá, e eu acho que a Câmara até hoje nunca acautelou esta situação. Acho que no dia 8 de setembro, a Câmara devia pôr alguns meios nas estradas nacionais que ligam àquela espaço e que a sinalizassem para os condutores pelo menos estarem precavidos – quem não é de cá ou os



menos atentos – daquela situação, porque eu temo que um dia possa haver um grande incidente relativamente a esta questão.

Só um pequeno apontamento relativamente ao Dr. Monteiro da Rocha: na Assembleia Municipal Jovem, ocorrida aqui neste espaço, a Escola Profissional de Arqueologia apresentou aqui à discussão uma proposta que vinha de encontro àquilo que o senhor aqui disse. Relativamente a S. Nicolau, eles têm um estudo feito, relativamente à preservação e à materialidade das fachadas, que está de acordo com aquilo que o Sr. Doutor está a dizer. Acho que nós devemos aproveitar isso, de alguma forma inculcar essa responsabilidade, não proibicionista, mas de informar e precaver as intervenções que lá possam existir, que acho que é um trabalho de fundo bem feito pela Escola de Arqueologia e que deveremos aproveitar aquilo que eles gratuitamente nos ofereceram.

Obrigado e boa tarde.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava agora a palavra à Sra. Presidente de Câmara, e pedia-lhe que fosse sintética, uma vez que o tempo está a passar muito depressa. Muito obrigado, Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar ser o mais sintética possível.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta, Celso Santana, agradeço também o seu reconhecimento pela entrega que a Câmara Municipal fez às três Unidades Locais de Proteção Civil. Fizemos um investimento de vinte e três mil euros (23.000€) para que possamos ter estas Unidades Locais de Proteção Civil com máquinas, desde motosserra, ferramentas e um depósito de água que depois colocaram nas viaturas devidamente apetrechadas, e cujo objetivo é, sobretudo, defender a população.

Em relação às questões colocadas aqui pelo Sr. Couto, também dar-lhe conta de que foi, de facto, uma estratégia da Câmara Municipal ter feito um procedimento concursal no valor de doze mil e quinhentos euros (12.500€) para o controlo de pragas nas escolas e outros edifícios. Esta também era uma preocupação dos Srs. Presidentes de Junta, e entendemos que deve ser a Câmara Municipal a tomar essa iniciativa. E por isso, já fizemos o procedimento para este ano e vamos mantê-lo todos os anos, porque esta é uma das nossas competências também.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Tabuado, Barbosa, dar-lhe nota de que, de facto, a Câmara Municipal atribuiu um subsídio ao Centro Social Interfreguesias para poderem fazer uma obra, a qual é necessária – aliás, é imprescindível – para que possam ter os protocolos com a Segurança Social, no âmbito do apoio domiciliário e centro de dia. Dar conta de que tanto esta instituição, como a instituição Alegria de Crescer, em Rio de Galinhas, tiveram oportunidade de agora verem, felizmente e finalmente também, os seus protocolos, mediante uma candidatura ao PROCOOP com a Segurança Social, alcançados – ou seja, estas duas instituições vão ter agora financiamento da Segurança Social para levar a cabo a sua atividade no apoio à terceira idade, que é, felizmente para nós, uma das boas notícias que temos também em relação a estas duas instituições que muito fazem no apoio à terceira idade, no apoio social no concelho. Dar nota de



que estamos agora com o Gabinete de Ação Social a tentar sensibilizar – e vamos ter agora o CLAS no dia 10 – os demais parceiros para as candidaturas que queiram apresentar na nova candidatura, no novo concurso que vai existir para o PROCOP, e também no âmbito da Comunidade Intermunicipal para os equipamentos sociais. Temos que preparar e dar todo o apoio logístico às instituições – e quando digo logístico, mesmo financeiro, como foi o que aconteceu para o Centro Social Interfreguesias, porque tinham um problema na obra em relação a questões de segurança, que viram que não estava resolvido, e tiveram que o resolver, porque senão a ANP não daria o parecer favorável, e era essencial esse parecer para poderem ter os protocolos com a Segurança Social. E por isso, a Câmara Municipal está disponível para colaborar com as outras instituições do concelho que, efetivamente, tenham condições e queiram apresentar também as suas candidaturas ao PROCOP para verem assim desta forma também um dos problemas financeiros resolvido, porque nós sabemos que uma grande parte das instituições não tem ainda garantido o apoio da Segurança Social, e esta é uma condição que é prioritária para a sustentabilidade das próprias instituições.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Vila Boa do Bispo, Miguel Carneiro, dar conta de que, de facto, este ano já me redimi, que não estive presente, mas fomos convidados, nas Marchas de Vila Boa do Bispo, mas já ficou aqui o meu comprometimento, já fiz questão de lhe dizer que no próximo ano estaremos certamente a assistir ao espetáculo das Marchas de Vila Boa do Bispo, que eu já tive oportunidade, como sabe, nos últimos anos de assistir, e que também deixo aqui as palavras de mérito a esta atividade, ou a esta coletividade que também faz umas marchas muito bonitas, que também estão muito patentes naquilo que é a conservação das nossas tradições – neste caso, as marchas populares.

Queria também dizer-lhe que esta nossa solução do apoio às famílias Marcoenses, sobretudo aos pais que trabalham, e termos assim os jardins de infância abertos para que possam lá deixar os seus educandos, foi coordenada com os Srs. Presidentes de Junta para que também aqui houvesse abertura para que os estabelecimentos particulares, ou as iniciativas particulares, pudessem também ter um espaço próprio dentro da freguesia. Ou seja, não impusemos que tivesse que ser obrigatoriamente com o protocolo da DGEstE e da Câmara Municipal, mas sei que algumas das freguesias já tinham colónias de férias e campo de férias, e mantiveram. Dar conta de que a nossa pretensão era que não fossem só os jardins de infância, mas fossem também as EB1; efetivamente, a resposta da DGEstE veio tarde demais e não conseguimos – enquanto que nos jardins de infância foi mais fácil, porque já havia financiamento e foi só, no fundo, alargar o prazo de financiamento, enquanto que nas EB1 isso não foi possível. E por isso, para este ano letivo não temos ainda condições para avançar com este nosso objetivo, que é também ter pelo menos uma Escola EB1 em cada freguesia aberta para dar resposta aos pais que trabalham e que não tenham onde deixar os seus educandos. E por isso, dar conta de que estaremos para o ano certamente em melhores condições de programar com mais antecedência estas questões – que também aproveito para agradecer aos Srs. Presidentes de Junta toda a colaboração que nos deram para podermos programar em tão pouco tempo esta questão da abertura dos jardins de infância.

Ao Sr. Presidente da Junta, Fernando Monteiro, dizer também que foi uma das situações em que decidiram também ter o Palhuças, e bem, é uma iniciativa privada que dá resposta às crianças da freguesia. Se para o ano entenderem ter na mesma o Palhuças, e terem uma outra resposta a nível da Câmara Municipal e do Ministério da Educação, acho que devem fazer essa gestão, e



nós cá estaremos também para colaborar naquilo que são as vossas pretensões, da Junta de Freguesia.

Em relação a AEC's, já falei sobre isso, da questão de a Artâmega ser responsável pela nova AEC que vai ser desenvolvida no próximo ano letivo, as nossas crianças do 1.º ciclo do ensino básico vão ter todas a oportunidade de receber aulas de música, ou ensino de música, de teatro e dança gratuitamente, é uma situação que também muito nos apraz, e ainda por cima com a Artâmega, acho que é uma iniciativa e uma entidade do concelho que merece todo o apoio da Câmara Municipal.

Em relação às obras que agradeceu, também da nossa parte muito obrigado pelo seu reconhecimento.

Em relação à questão da Unidade Local de Proteção Civil: as duas Unidades Locais de Proteção Civil que foram apresentadas no Dia Municipal do Bombeiro foram iniciativa das respetivas Juntas. Dar conta de que enquanto na Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços, o Sr. Presidente da Junta já tinha falado comigo em tempos, até porque há muitos anos atrás, eles tinham recebido um *kit*, creio que, na altura, do ICNF, para também poderem promover a proteção de pessoas e bens na sua freguesia, mas nessa data não tiveram os meios necessários, e por isso, o Sr. Couto tinha-me dito que gostava de reavivar esse *kit*, e gostava de ter agora mais meios para poder também defender-se dos incêndios, e não só, defender a sua população. Foi uma iniciativa que o Sr. Presidente da Junta partilhou comigo. Em relação à Freguesia do Marco, teve reuniões pontuais com os nossos técnicos da Proteção Civil, e eu soube quase já em cima da programação, quando foi para ser aprovada em sede própria. Mas, dar-lhe conta, Sr. Presidente de Junta, que da parte da Câmara Municipal, não houve aqui nenhum incentivo particular – aliás, a iniciativa foi mesmo dos Srs. Presidentes de Junta – dizer-lhe que estamos dispostos a colaborar com o Sr. Presidente de Junta, se assim for a sua intenção também de criar uma Unidade Local de Proteção na sua freguesia, e não queria que passasse a ideia de por serem duas freguesias onde o Partido Socialista lidera essas freguesias, do Partido Socialista, que tivesse sido a Câmara Municipal a motivá-los ou a incentivá-los. Não, e relembro-lhe que a primeira Unidade Local de Proteção Civil do concelho que foi criada foi na minha freguesia, e eu era uma freguesia da Oposição, como sabe. E por isso, esse não pode, nem deve ser, o motivo para que as Unidades Locais de Proteção Civil não surjam no território. Fica aqui o desafio aos Srs. Presidentes de Junta: de facto, a Freguesia de Vila Boa de Quires é muito importante, e nós sabemos por quê, porque temos discutido essa matéria nas reuniões da Proteção Civil, porque tem ali um território que no diagnóstico do território é muito suscetível a incêndios, e por isso, a preocupação do Sr. Presidente de Junta é legítima, se estiver disponível para avançar com a Unidade Local de Proteção Civil terá todo o apoio da Câmara Municipal, como tiveram os outros dois Presidentes de Junta.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Américo Moreira, concurso da nova identidade do concelho: já tive oportunidade de dar esta informação na Reunião de Câmara, mas ainda bem que me lembrou, porque não estava aqui na informação escrita, houve um concurso que a Câmara Municipal organizou, concorreram, ou nós rececionámos vinte e uma propostas, e dessas vinte e uma propostas, o júri reuniu e achou que três delas tinham alguma qualidade. Embora as propostas fossem muito distintas entre elas, cada uma delas tinha particularidades que nós gostaríamos de ver na nova identidade do concelho, mas eram particularidades que



estavam espalhadas pelas três. Então, o júri do concurso decidiu não ficar com nenhuma destas propostas, e achava que a proposta devia ser trabalhada com gente qualificada na área técnica. Dar-lhe conta de que neste júri estava o Pró-Reitor da Universidade do Porto e o professor da Escola de Belas Artes – aliás, um jovem professor da Escola de Belas Artes que é de cá, creio que até de Sande e S. Lourenço. E por isso, eles próprios disponibilizaram-se para trabalhar com um *designer*, ou um Gabinete de *Marketing* e de *Designer* que quisesse trabalhar a identidade do Concelho do Marco de Canaveses, e disponibilizaram-se para o fazer gratuitamente. E por isso, a Câmara Municipal, atendendo até ao relatório que nos chegou sobre a nova identidade do concelho, decidiu, então, que este concurso não teve nenhum logotipo, ou nenhuma marca que merecesse, de facto, a distinção para que o município pudesse ter hoje uma nova identidade. Dizer-lhes que nós não queríamos ter uma nova identidade à força; nós queremos ter uma nova identidade, que seja uma nova identidade aceite para todos, que seja debatida, que seja coerente, e que seja também, no fundo, um logotipo ou uma marca que represente o município. Por isso, é um assunto que nós preferimos tratar com toda a tranquilidade, mais assertividade e mais discussão. E por isso, fica aqui essa nota, de que não voltaremos a fazer concurso, vamos, sim, atribuir essa tarefa a quem sabe mais do que nós sobre a matéria.

Em relação à questão das obras por empreitada que aqui foram apresentadas, eu fiz questão de dizer que foram obras que já foram concluídas, não quer dizer que tenham sido feitas agora. Dizer-lhe que não há erro nenhum na informação escrita, desta vez não – da outra vez assumimo-lo aqui, pedi até desculpa à Sra. Presidente de Junta pela falha que tivemos, mas não há erros na informação escrita. E aquilo que o senhor designa por caixinha de drenagem de águas pluviais, para si pode não ser importante, mas quem tem águas pluviais a passar à frente de casa, ou quem se vê com as águas pluviais muitas das vezes nas ruas, sabe muito bem a importância da caixinha das águas pluviais – das dezenas de caixinhas, aliás, que os Srs. Presidentes de Junta nos pedem para construir ao longo do concelho. E por isso, pode parecer muito pouco significativo, Sr. Deputado, mas as caixinhas são muito importantes.

Queria também falar-lhe em relação à questão do pré-acordo, do dito pré-acordo de que a Bancada do PSD muito gosta de falar. Srs. Deputados, há trabalho feito. Os deputados da Bancada do PSD têm agora uma preocupação grande com um problema que o Executivo do PSD criou no passado, que se chama modificação unilateral do contrato das águas. Eu lamento ter que estar sempre a falar da mesma coisa, porque não é este o objetivo. Este Executivo foi eleito com o voto de confiança dos Marcoenses para resolver o problema, não é para estarmos sempre a bater na mesma tecla. Mas, se vocês querem bater na tecla, eu respondo: o problema foi criado pela Bancada do PSD, pelo PSD quando cá estava, o Executivo do PSD, na modificação unilateral do contrato. Sr. Deputado, o Partido Socialista tem a confiança dos Marcoenses, e por isso ganhámos as eleições com maioria, e vamos resolver aquilo que os senhores não foram capazes de resolver. Isto é que é importante dizer-se: os senhores não foram capazes de resolver, nestes últimos anos, o problema da água e do saneamento no concelho. E devido a essa vossa incapacidade de resolver aquele problema, que é o problema maior para os Marcoenses, foi por isso, Srs. Deputados, e eu relembro que o Partido Socialista obteve a maioria da confiança dos Marcoenses. E não se preocupem, Srs. Deputados, porque vocês não foram capazes de resolver, mas o Partido Socialista vai resolver o problema das águas e do saneamento no Marco de Canaveses, e vocês vão ser dos primeiros a saber, logo que a situação esteja resolvida, e como já disse aqui há bocado, em setembro esperamos nós já termos aqui novidades para os Srs. Deputados.



Sr. Presidente da Junta de Constance, Abílio Castro, agradeço a sua sugestão sobre a questão dos palcos, é uma sugestão que merece também da parte do Executivo alguma ponderação, e também lhe agradeço o reconhecimento que fez aqui sobre as obras que o Executivo Municipal está a levar a cabo na sua Freguesia de Constance.

Sr. Deputado Mário Luís, Ginásio Clube de Alpendorada: é verdade que nós fizemos um protocolo no valor de vinte mil euros (20.000€), no protocolo estão em causa a participação nas competições do calendário nacional da Federação Portuguesa de Canoagem e Canoagem do Norte, a organização do Campeonato Regional do Norte de Fundo em Canoagem, organização de atividades náuticas, de acordo com o Plano de Atividades que o GCA nos apresenta, e também dinamizar a canoagem no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Tâmega e Sousa. Dar nota do seguinte: a Câmara Municipal decidiu apostar nos desportos náuticos também, e decidiu que estes desportos náuticos estivessem, também eles, disponíveis aos nossos alunos e aos jovens da nossa terra. Aqui no Marco de Canaveses é o Agrupamento de Escolas n.º 1 e a Junta de Freguesia de Sobretâmega, que já assinou um protocolo, é um protocolo tripartido, vão ter as instalações que eram do Clube Náutico, que estão agora disponíveis para a Junta de Freguesia de Sobretâmega, e também para o Agrupamento de Escolas n.º 1, para desenvolverem atividades de desportos náuticos, nomeadamente a canoagem. No Baixo Concelho ficou o Ginásio Clube de Alpendorada com este objetivo da Câmara Municipal, e será o Ginásio Clube de Alpendorada a dinamizar as atividades da canoagem para a comunidade escolar. Também está aqui neste protocolo a disponibilização de um técnico com formação na área do turismo, que como sabe, tem a responsabilidade de abrir a Casa de Produtos Tradicionais, o Posto de Turismo do Cais de Bitetos. Fomos agora também confrontados com esta situação, definimos novos horários, novas particularidades dentro deste protocolo, e por isso, o protocolo é este, dos vinte mil euros (20.000€).

Queria também dar nota de que já tomámos conta das questões que nos colocou, do piso escorregadio, o seu desafio também, ou a sua sugestão, de podermos ser nós a sensibilizar o Ministério da Educação para a retirada do amianto na EB 2/3 – aliás, eu já fiz questão de dizer no último Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, e também na reunião com os Agrupamentos, que estamos a preparar uma visita do Sr. Secretário de Estado da Educação para ver algumas das questões que dizem respeito à educação no concelho, e esta pode ser uma das preocupações que lhe vamos fazer chegar certamente.

Partilhar também consigo – já o fiz no início – a questão da doença, que também infelizmente conheço algumas das pessoas a quem se refere, e também um abraço solidário daqui para elas.

Sr. Deputado Monteiro da Rocha, agradeço a sua intervenção sobre o pelourinho de S. Nicolau e a Rua de S. Nicolau. Estava aqui há bocado a confidenciar ao Sr. Vice-presidente, e ele a mim, que esta é uma matéria que nós já tivemos em cima da mesa, ainda há cerca de quinze dias, para conversarmos. A Rua de S. Nicolau é uma rua que merece, de facto, uma intervenção mais digna, e também o pelourinho. Não é o único no concelho, infelizmente há outros, mas dar conta de que, de facto, essa preocupação, também a temos em cima da mesa, agora com as obras que está aqui a iniciativa privada a fazer, e que a Câmara também vai fazer, no chamado Parque Urbano da Cidade, que ainda hoje aqui foi falado.



Sr. Presidente da Junta de Banho e Carvalhosa, Luciano Costa, agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Dizer-lhe que a sua preocupação de as obras estarem concluídas este ano, ou não, não lhe posso garantir que elas sejam concluídas, posso é dizer-lhe que o procedimento concursal vai ser feito já nos próximos dias. Claro que depois do procedimento concursal, estamos a falar de um concurso público, há questões mais burocráticas que nós não podemos fugir a elas – é um concurso público, e por isso tem os seus trâmites. Mas, dar-lhe conta de que é nossa expectativa que, de facto, a maior parte delas estejam já concluídas durante este ano de 2018.

Sr. Deputado Bruno Caetano, da parte da Câmara Municipal nunca houve nenhum atrito com a CPCJ, pelo contrário, a Câmara Municipal – e queria aqui dizer, este Executivo e o Executivo anterior sempre tiveram a maior das cordialidades e da atenção no funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Dizer-vos que o apoio que a Câmara Municipal dá extravasa até aquilo que é o comprometimento legal desta instituição, Câmara Municipal, com a própria Segurança Social – que é a Segurança Social que tutela a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. O que o Sr. Deputado quer, de facto, dizer deve ser que houve aqui algum atrito – e a palavra é sua – mas deve ter sido da CPCJ com a Câmara Municipal. Queria aqui dizer que CPCJ é completamente autónoma; a Câmara Municipal tem um técnico a cinquenta por cento (50%) afeto na CPCJ – no passado tinha um a cem por cento (100%), que era uma prestadora de serviços; neste caso, há um técnico do quadro da Câmara Municipal, que é hoje o técnico que está cooptado a cinquenta por cento (50%) na CPCJ, e que tem feito um trabalho, do meu ponto de vista, muito importante. Queria também aproveitar – até porque a Sra. Presidente da CPCJ já não está na sala, mas queria também aproveitar que hoje aqui esteve connosco para tomar posse no Conselho Municipal de Segurança, aproveitar para dizer que a atitude da nova Presidente da CPCJ com o município tem sido uma atitude digna de quem está cá desprendida de qualquer interesse a não ser o seu interesse, o bem das crianças e jovens em risco do Concelho de Marco de Canaveses. E por isso, queria também dizê-lo, que a nova Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Sra. Prof.^a Paula, é uma técnica que está hoje ao serviço da Comissão de Proteção de Menores, e que está a fazer um trabalho, do nosso ponto de vista – até porque tem trabalhado em parceria também com a Câmara Municipal – que é muito meritório, e por isso merece esta nota muito positiva.

Queria também agradecer as suas palavras em relação à Feira do Livro, ao nosso trabalho que tivemos em relação à Praia de Bitetos.

Em relação a Tongóbriga, nós também reconhecemos o mérito deste documentário que vai ser hoje apresentado aos Marcoenses – e que aproveito também para os convidar a estarem hoje no Auditório D. Francisco dos Santos, ao lado da Igreja de Santa Maria, para assistirem a este documentário, porque é, de facto, um documentário muito bom sobre a Aldeia do Freixo e a importância que Tongóbriga tem. E é tão importante que, este ano – partilhar convosco esta nota – no exame de história do décimo segundo ano, o exame nacional, uma das perguntas era sobre Tongóbriga, a Área Arqueológica de Tongóbriga.

Queria também falar no Dia Municipal do Bombeiro, eu acho que nós já tivemos oportunidade – eu, enquanto Presidente de Câmara, já tive oportunidade também de falar com a comunicação social local, que esteve connosco neste Dia Municipal do Bombeiro, era muito importante que



todos nós participemos, e reconhecemos certamente o valor que os bombeiros voluntários têm, e também o valor que os voluntários que estão ao serviço da Proteção Civil têm no Marco de Canaveses – e quando falo em voluntários, falo dos voluntários destas três Unidades Locais de Proteção Civil, de Soalhães, Penha Longa e Paços de Gaiolo e do Marco, que são constituídas por voluntários e que têm aqui um papel muito importante de colaboração com os bombeiros na prevenção, no combate e no rescaldo, com os bombeiros. É muito importante, e queria também salientá-lo.

Termino com a sua questão sobre a educação, dizendo que nas comemorações do 25 de abril, o meu discurso incidu também sobre as questões da educação. Não foi por acaso que pedi aos Agrupamentos de Escolas para que nas comemorações do 25 de abril tivéssemos cá duas crianças a discursar, ou a fazer uma intervenção aos Marcoenses. É verdade que um dos nossos anseios é que, de facto, a educação seja estrutural na mudança de mentalidade no Concelho de Marco de Canaveses. Nós queremos uma sociedade com valores, que possam ser colocados em prática, uma sociedade mais justa e mais solidária. E acho eu, e o Executivo Municipal, que o primeiro pilar efetivo para esta mudança está na educação. E por isso, tudo o que nós podemos fazer para melhorar a educação das nossas crianças no Município de Marco de Canaveses, o faremos. E aqui, queria dizer que este não é um objetivo que a Câmara Municipal possa concretizar sozinha, não podemos concretizar este objetivo se não tivermos o apoio daqueles que são a comunidade escolar: os pais, os professores e as escolas, na sua dimensão mais ampla.

As outras questões do Castelinho, teremos isso em conta. A colaboração da Escola de Arqueologia também, e aliás, serve como sugestão para trabalharem connosco as questões do património que temos no município, que fizeram, como aqui foi dito, os jovens, o nosso Conselho Municipal Jovem teve propostas muito boas na área do património.

Muito obrigada a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, nós temos cinco pontos da ordem de trabalhos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, eu só não me referi ao Sr. Presidente da Junta de Paredes de Viadores e Manhuncelos, ele insurgiu-se, é verdade, mas pronto, o Sr. Presidente da Junta também fez uma intervenção, agradecer a intervenção que fez, não há aqui nenhuma questão pertinente, mas para não dizer que também me esqueci de si.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Nós temos mais cinco pontos da ordem de trabalhos. Se agilizarmos, muito bem; caso contrário, vamos ter que interromper.

Então, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.2**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) – Tomada de conhecimento.



Ora, alguém se quer inscrever para falar sobre este ponto? Peço desculpa, eu dava a palavra à Sra. Presidente, na eventualidade de querer esclarecer algum aspeto deste ponto da ordem de trabalhos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, a informação foi dada, creio que não é necessário fazer nenhuma intervenção. Os Srs. Deputados tiveram acesso à informação, podemos passar à votação.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

E de seguida pergunto se alguém tem interesse em se inscrever. Não?

Ora, passamos ao **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da Adesão do Município de Marco de Canaveses à Associação de Municípios do Baixo Tâmega (AMBT).

Ora, eu pedia à Sra. Presidente que esclarecesse algum aspeto que entenda conveniente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses, ou o Município do Marco de Canaveses já fez parte, em tempos, da Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Na altura, houve uma decisão, que também foi aqui deliberada em Assembleia Municipal, de sairmos desta associação, a Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Hoje, trazemos aqui de novo a proposta de voltarmos a integrar a Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Dar conta de que esta vontade da Câmara Municipal, de voltar a integrar esta associação, tem sobretudo a ver com a questão do nosso património natural. Como sabem, existe uma vontade muito grande de que o património natural da Serra da Aboboreira seja constituído como património natural, e por isso, há aqui alguns fundos comunitários, alguns programas comunitários que podem ser também uma oportunidade para o Município de Marco de Canaveses ter aqui financiamento para esta área, e entendemos que a Serra da Aboboreira, tanto a Serra da Aboboreira como os Rios Douro e Tâmega, são territórios partilhados e de interesse comum desta associação. E por isso, hoje trazemos aqui também esta vontade do Executivo Municipal, de poder integrar a Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Dar conta de que integram também esta associação Cinfães – ou foi feito o convite a Cinfães, Mesão Frio, Mondim de Basto e Resende, além de Baião, que já estava cá, Amarante e Marco.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, quem pretende inscrever-se sobre este ponto? Mais ninguém? Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, estimado público, Marcoenses.

É só uma questão que gostava de ver esclarecida, quanto é que vai custar esta adesão ao Município de Marco de Canaveses. Nós saímos, como a Sra. Presidente, e bem, disse, desta associação porque estava a onerar o município e não estava a trazer qualquer tipo de retorno –



aliás, foi votado por unanimidade na Câmara Municipal, na altura, e aqui nesta Assembleia também essa saída, por unanimidade também de todos os Partidos. E portanto, gostávamos de saber.

Esta questão que a Sra. Presidente falou relativamente ao património natural da Serra da Aboboreira, nós estamos integrados numa Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que abrange, de facto, este território, e penso que na altura foi sugerido que esta candidatura fosse integrada na CIM, e pode bem sê-lo. E portanto, não conseguimos descortinar aqui qual é que será a mais valia de nós regressarmos, depois de termos saído desta associação de municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava a palavra à Sra. Presidente, para rapidamente nos esclarecer a questão.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

Respondendo objetivamente à questão que o Sr. Deputado nos fez, dar-lhe conta de que ainda não existe proposta do valor da quota mensal a pagar à AMBT, ainda não nos foi apresentada. Dar conta apenas do seguinte: quando nos foi apresentada pelo Dr. Manuel Moreira aqui, no passado, a iniciativa, e bem, do Executivo de sair da AMBT, o motivo que nos foi apresentado foi que, de facto, não havia retorno financeiro – ou seja, a Câmara Municipal pagava uma quota, mas durante aquele tempo, não havia retorno, não houve projetos, não houve candidaturas. E por isso, da parte do Executivo Municipal da altura, entendeu-se que não havendo retorno, o melhor era deixarmos cair esta nossa adesão à AMBT.

Neste caso em concreto, nós já temos aqui um programa, que é o Programa Operacional Regional do Norte, um aviso do património natural que foi aprovado no ano passado, que se chama Gestão do Património Natural da Serra da Aboboreira, e que tem trezentos e quarenta nove mil, quinhentos e vinte e dois euros (349.522€). Esta operação já foi aprovada em março de 2017, e prevê-se o desenvolvimento de um conjunto de ações que visam também a criação da dita paisagem protegida regional da Serra da Aboboreira, que está atualmente em curso, e pretende-se assim promover a utilização sustentável do território. Queria também referir que há um conjunto de trilhos de *trail* e de BTT e percursos pedestres que fazem parte do território da Serra da Aboboreira, e que são partilhados com os outros municípios aqui ao lado, que também fazem parte desta candidatura.

E por esses motivos, até porque há aqui um território muito comum da Serra da Aboboreira, não temos só a Freguesia de Soalhães, Várzea, Alviada e Folhada, Tabuado – pelo menos essas três freguesias têm certamente interesse no território da Serra da Aboboreira, e podem ser também elas elegíveis nestas candidaturas. E por isso, atendendo a este facto, nós achamos que temos aqui uma oportunidade também de ir buscar alguns projetos, e alguns projetos com interesse para o território, e decidimos aceitar este convite que nos foi feito para voltar a integrar a AMBT.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu coloco, então, à votação este ponto da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação do Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Contratação e Aprovisionamento – Designação do Júri de Recrutamento.

Eu pedia à Sra. Presidente que esclarecesse algum aspeto que julgue pertinente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, o que está aqui em causa é a abertura do procedimento concursal para o Chefe de Divisão da nova Divisão que foi criada por este Executivo Municipal, que é a Divisão de Contratação e Aprovisionamento, que no fundo vem dar resposta a algumas das nossas necessidades, e também das nossas responsabilidades na área da contratação e aprovisionamento. E o que aqui está é a composição do júri, que tem um técnico da Câmara de Amarante, o Dr. Sérgio Cunha, um técnico da Câmara do Marco, Dr. João Paulo Maricato, e um técnico da Câmara de Cinfães, Maria Neves Amaro. E por isso, o que aqui está hoje é a proposta do júri para poder avaliar este procedimento concursal para o Chefe de Divisão de Contratação e Aprovisionamento.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Alguém pretende inscrever-se para falar sobre este ponto da ordem de trabalhos? Ora, uma vez que não há ninguém interessado, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação do resultado do procedimento de recrutamento de Juizes Sociais.

Eu queria colocar aqui à vossa consideração o seguinte: eu vivo em união de facto com uma das candidatas que faz parte da lista para Juiz Social. Colocava à consideração da Mesa, porque eu entendo que não devo participar na discussão deste ponto da ordem de trabalhos.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Sra. Presidente, se quiser esclarecer o ponto, se faz favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

Queria só dar nota do que é que são os Juizes Sociais. A Lei prevê que exista a figura de Juiz Social, que se traduz numa figura legal que intervém nos processos relativos à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Esta candidatura a Juizes Sociais é por iniciativa das próprias pessoas, é um formulário próprio, as pessoas candidataram-se e apresentaram-se para poderem ser Juizes Sociais por um período de dois anos, com início a 1 de outubro. Há alguns critérios ou condições para se ser candidato, ou para ter sido candidato a Juizes Sociais: tinham que ter



mais de vinte e cinco anos e menos de sessenta e cinco, tinham que saber ler e escrever em português, estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos, não estar pronunciado nem ter sofrido condenação por crime doloso e residir no Concelho de Marco de Canaveses.

Apresentaram, fizeram-nos chegar doze candidaturas, há doze Juizes Sociais que têm todas as condições para serem hoje tornados Juizes Sociais efetivos para o Tribunal de Família e Menores do Marco de Canaveses. A listagem está convosco, se calhar não é preciso lê-la, embora também possa ler, que são doze pessoas, é rápido: Manuel Altino de Barros Ribeiro, Amélia Florinda Valente Novais Marinho Pinto, Maria do Céu Brandão Azevedo, Lucília Maria Machado Moreira, Flávia Carina Teixeira Marinho, Ana Rita Baldaia e Pinto Ribeiro, Ana Isabel Moreira Nunes, António Moreira Ferreira, Susana Alice Vieira da Silva, Luís Carlos da Silva Vasconcelos, Daniela Margarida Moreira Pinto, Marlene Cristina Mendes Teixeira, Fátima Margarida Gonçalo Cerqueira e Maria Judite Vieira de Freitas.

Muito bem, era isto. Está dada a explicação. Sr. Secretário, eu disse doze, mas são catorze, peço desculpa. Eu, há bocado, disse doze, mas são catorze Juizes Sociais, porque as candidaturas foram todas validadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Está feita a retificação. Obrigado, Sra. Presidente.

Alguém se quer inscrever para debater este ponto? Ninguém se querendo inscrever para debater este assunto, passávamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade das pessoas que se propuseram a votar este ponto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, passamos, então, de seguida ao **Ponto n.º 3.6** da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da renovação do contrato de prestação de serviços para “Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a Destino Final, Limpeza e Varredura Urbana”.

Eu dava a palavra à Sra. Presidente para esclarecer esta questão, naquilo que achar pertinente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria apenas dar algumas notas sobre este processo que está aqui hoje para deliberação. Dar conta de que no dia 25 de agosto de 2011, a Câmara Municipal celebrou um contrato de recolha de resíduos sólidos e varredura no valor de seis milhões, oitocentos e noventa e três mil euros (6.893.000€), pouco menos de sete milhões de euros (7.000.000€). Este contrato previa duas renovações automáticas de cinco anos, se não houvesse oposição à sua renovação ou se não fosse denunciado por nenhuma das partes, embora a sua renovação, ou esta nota, teria que ser dada com um ano de antecedência. Ou seja, o contrato termina em agosto de 2018, mas teríamos que o denunciar até 25 de agosto de 2017. Se não o denunciássemos, ele era renovado automaticamente.



Tive conhecimento através dos serviços da Câmara Municipal que o contrato havia sido renovado, pelo que pedi o processo, pedindo ao Gabinete Jurídico que o analisasse. Atendendo aos valores envolvidos, verificámos que não foram encetados os procedimentos necessários à sua correta e legal renovação – ou seja, este contrato não foi submetido à Câmara Municipal, não foi submetido à Assembleia Municipal para deliberação. De salientar que o anterior Executivo teve tempo e oportunidade para o fazer. Ou seja, o anterior Executivo devia, antes de ter terminado o prazo (agosto de 2017), o prazo de não oposição à renovação do contrato, ter levado este assunto aos órgãos competentes antes de agosto de 2017. Não o tendo feito antes, podia tê-lo feito depois, pois houve Reunião de Câmara a 7 de setembro e reunião de Assembleia Municipal a 11 de setembro. Contudo, o Executivo Municipal anterior não o fez antes nem o fez depois. De referir também que não houve nenhum formalismo que os impossibilitasse de terem levado este contrato a Reunião de Câmara ou Assembleia Municipal, nem antes, nem depois do 25 de agosto de 2017.

O Executivo do PSD que liderou a Câmara até outubro de 2017 teria sido mais prudente e mais responsável se no exercício das suas funções tivesse tratado com a devida antecipação a renovação deste contrato. Atendendo aos valores do contrato em causa, este deveria ter submetido também, em tempo útil, ao Tribunal de Contas, o que não se verificou, não obstante os técnicos da Câmara Municipal terem alertado para este facto – e passo a citar os técnicos da Câmara Municipal: *“Atendendo ao valor do contrato, e caso a decisão seja a sua renovação, não obstante o contrato originário ter merecido visto do Tribunal de Contas, por mera cautela e prudência, deve o mesmo ser submetido a visto do Tribunal de Contas.”* Fim de citação.

Este Executivo, depois de ter tido conhecimento, e de forma prudente e responsável, remeteu ao Tribunal Constitucional o processo, a 23 de março de 2018. Mais informo que na passagem de processos após o ato eleitoral pelo anterior Executivo, nunca em situação alguma fui informada deste processo, que além do processo das Águas do Marco, como devem imaginar, é aquele que tem mais peso financeiro na Câmara Municipal – falamos aqui de quase sete milhões de euros (7.000.000€). E por isso, por uma questão de lealdade e transparência, deviam-me ter comunicado.

O Tribunal de Contas, entretanto, já nos respondeu à missiva que enviámos em março, e solicita a respetiva deliberação de Câmara e da Assembleia Municipal – por isso é que está cá hoje, para deliberação, que não existiu no passado – bem como pediu também a informação financeira sobre a referida renovação do contrato.

Saliento, porque também é muito importante, que os técnicos da Câmara Municipal se pronunciaram sempre no sentido de que o Executivo anterior não devia renovar o contrato com a empresa, e devia, sim, lançar novo concurso, de forma a ir ao mercado na procura de soluções mais vantajosas para o município. E aqui, faço de novo uma citação da informação dos técnicos: *“Uma vez que se encontram decorridos seis anos de contrato, tendo-se alterado o mercado e respetivos preços, e com respeito pelos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência, insitos no Código dos Contratos Públicos, seria de ponderar uma nova consulta ao mercado.”* Fim de citação.

Até haver uma resposta do Tribunal de Contas a esta pretensão da Câmara Municipal sobre a validade, ou não, desta renovação, o município estará impossibilitado de fazer pagamentos de



despesa relacionada com este contrato depois do dia 25 de agosto de 2018, até o Tribunal de Contas se pronunciar.

Para terminar, vamos votar favoravelmente este processo, numa atitude consciente e responsável, pois a Câmara Municipal deve ter em conta os interesses financeiros que deve salvaguardar, pois inverter este processo neste momento podia trazer perdas financeiras ao município, mas sobretudo vamos votar favoravelmente porque temos que salvaguardar que a recolha de resíduos sólidos no concelho não pare, pois se parar, temos também aqui um problema grave de saúde pública, além de que é preciso perceberem que a Câmara Municipal, até agosto de 2018, não tem tempo de lançar um concurso público internacional. Só para o concurso, para que tenham ideia, são precisos cerca de seis meses, e além deste concurso, há um trabalho técnico antes de colocar a concurso que tem que ser feito, desde logo a realização dos cadernos de encargos, pareceres jurídicos, que requer bastante tempo de trabalho.

Ou seja, chegamos hoje até aqui por causa das decisões mal ponderadas e precipitadas do anterior Executivo. Resta-nos esperar que o Tribunal de Contas se manifeste em relação ao processo. Mais uma vez, e para terminar, não houve deliberação de Câmara, não houve deliberação da Assembleia Municipal, não enviaram o processo para o Tribunal de Contas como a Lei o exigia, e não cumpriram o que lhes era exigível. Ou seja, era bom que este processo tivesse sido amplamente debatido antes de 25 de agosto de 2017.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Alguém pretende inscrever-se para falar sobre este ponto? Eng.º Bruno Caetano. Eu não sei se a Sra. Presidente autoriza.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Se eu autorizo o Sr. Vereador a falar? Mas por que é que o Sr. Vereador tem que falar? Quem faz a apresentação do tema é o Executivo Municipal, as perguntas são feitas pela Assembleia Municipal. O Sr. Vereador teve oportunidade de se manifestar em relação a este assunto na Reunião de Câmara onde foi deliberado.

--- José Mota (Vereador) ---

Eu só queria contribuir para o esclarecimento do assunto, uma vez que fui eu que participei no processo. Só quero dar esclarecimentos para que os Srs. Deputados possam votar mais em consciência. É só isso, mais nada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, eu percebo a sua posição, mas acima de tudo tenho que respeitar o Regimento. Essa é que é a questão. Mais alguém se quer inscrever? Sr. Deputado Luís Vales, Sr. Deputado Nuno Pinto. Ora, estão inscritos o Sr. Deputado Bruno Caetano, o Sr. Deputado Luís Vales e o Sr. Deputado Nuno Pinto.

Eu dava, então, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia novamente.



Ultrapassando os formais cumprimentos, venho aqui só dizer à Mesa da Assembleia que o Grupo Municipal do Partido Socialista irá apresentar por escrito uma declaração de voto, de seguida a ser colocado à votação, que será a transcrição na íntegra do que o deputado municipal Nuno Pinto fará aqui a seguir, e que demonstra questões pertinentes que nós achámos relativamente a este contrato, e também a postura responsável que este Grupo Municipal quer ter perante esta Assembleia Municipal e perante o Concelho de Marco de Canaveses.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Deputados, Marcoenses.

Sinceramente, aquilo que eu venho cá dizer é que eu acho que os deputados que foram eleitos pelos Marcoenses devem ser cabalmente esclarecidos sobre aquilo que estão a votar, e sobre aquilo de que estão a pronunciar-se. Sinceramente, dado que temos connosco um vereador hoje que foi o responsável pelo pelouro do ambiente no mandato transato, e se pudesse ajudar à discussão, eu acho que seria, em nome da transparência, positivo que a Sra. Presidente anuísse a que o Sr. Vereador pudesse esclarecer-nos a todos, aqui aos deputados, mas principalmente também os Marcoenses, porque achamos que quem não deve, não teme, e eu acho que devíamos permitir que as pessoas pudessem ser esclarecidas. Estamos em 2018, acho que a política tem que ser cada vez mais vista de forma transparente, e acho que podíamos ser aqui mais esclarecidos. E pedia à Sra. Presidente que permitisse que o Sr. Vereador pudesse esclarecer aquelas situações que a Sra. Presidente veiculou aqui nesta Assembleia.

De qualquer forma, aqui sobre a matéria em apreço, de facto, esta renovação do contrato de prestação de serviços para a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos parece-nos positiva, uma vez que vai permitir a melhoria de serviços, a diminuição do custo, vai permitir que as Juntas de Freguesia possam colocar aos munícipes ter um maior acesso a mais sessenta pontos de recolha, o que vai ser positivo também para as freguesias, a empresa vai colocar uma viatura pequena que vai abranger mais duzentas casas, para que possa, naqueles caminhos mais sinuosos e mais pequenos, possa lá chegar essa viatura para a recolha dos resíduos, e uma diminuição também dos encargos para o município a nível de preço de recolha – em carro normal, menos oito vírgula três por cento (8,3%), e com carro pequeno, menos trinta e quatro por cento (34%), além da criação de mais sessenta pontos de recolha, que permite servir mais população, a revisão dos preços, baixando os coeficientes de ponderação dos diferentes índices, ou seja, um menor acréscimo de preços nas revisões anuais.

E também, além disso – porque nós sabemos que passamos por um momento de crise financeira em que o consumo baixou muito, e como tal também se produziu menos lixo. E como sabemos, havia uma cláusula que obrigava, se fosse recolhido menos lixo, à reposição por parte da Câmara do equilíbrio financeiro do contrato, ou seja, a Câmara teria que pagar por esse decréscimo de recolha. E houve aqui, de facto, da parte dessa empresa a renúncia completa a essa reposição.



Portanto, eu penso que o município fica a ganhar. No entanto, eu acho sinceramente, e para terminar, Sr. Presidente e Sra. Presidente, apelava-lhe a que permitisse que o Sr. Vereador pudesse esclarecer aqui, aquilo que pretende fazer, para que possamos tomar uma decisão mais avisada – aliás, e até a questão do interesse público, dado os valores e os montantes que aqui estão a ser colocados, acho que é do interesse público de todos os Marcoenses que o Sr. Vereador José Mota possa aqui falar e esclarecer-nos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava de seguida a palavra ao Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Sr. Presidente, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, público, comunicação social, Marcoenses:

Antes de iniciar a leitura da minha intervenção, e que vai servir de suporte para a dita declaração de voto, queria só, e sobre a intervenção do Dr. Luís Vales, dizer o seguinte: é engraçado que a preocupação foi dar voz ao Eng.º José Mota, vereador, à altura, do ambiente, muito bem; as atas da Câmara são públicas, a posição dele terá sido dada no devido órgão, e engraçado é que o Sr. Deputado conseguiu analisar tecnicamente o negócio, quer dizer que estava bem informado, mas não fez uma referência, uma que fosse, ao processo formal de renovação. Supostamente isso apaga-se com uma borracha; nem disse assim: “Olhe, não sei, não faço ideia.” Não, o Sr. Deputado, como membro da Assembleia da República, sabe perfeitamente as obrigações que se tem neste tipo de contratação.

Então, agora ia ler a minha intervenção, que servirá de suporte à declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS. Eu farei em meu nome, e ela será subscrita por todos.

“O meu sentido de voto no que diz respeito à proposta apresentada pela Câmara para aprovação da renovação do contrato de prestação de serviços para a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final, limpeza e varredura urbana, é unicamente explicado pelo que, com informação de que disponho à data, penso ser a defesa dos superiores interesses do Município de Marco de Canaveses.

Não concordo nem me revejo na forma aparentemente opaca e dúbia como foi efetuado este ato de não oposição à renovação do suprarreferido contrato, mas sem pejo nenhum acrescento que não estou cabalmente convencido de que este tenha sido o bom negócio que o anterior Executivo do PSD apregoa. Sim, nominal e comparativamente, o preço do serviço desceu, mas como em tudo na vida, para uma coisa ser boa, não basta ser um bocadinho melhor do que o mau. E sim, é fácil falar na defesa dos interesses dos Marcoenses e do município; mais difícil é comprová-lo nos atos. Defender os interesses dos Marcoenses e do município seria negociar atempadamente uma prestação de serviços que representa um compromisso plurianual de aproximadamente seis milhões de euros (6.000.000€) – repito, seis milhões de euros (6.000.000€). As evidências documentais dificilmente demonstram que tal tenha acontecido. Por quê, não sei. Defender os interesses dos Marcoenses e do município seria, mesmo tendo a negociação supostamente terminado a poucos dias do fim do prazo para tal, ter levado o ato do



então Presidente da Câmara a ratificação na Reunião de Câmara imediatamente a seguir, no caso, a 4 de setembro de 2017. As evidências documentais demonstram que tal não aconteceu. Por quê, não sei. Defender os interesses dos Marcoenses e do município seria, após a ratificação da Câmara, solicitar não a esta, mas à Assembleia Municipal vigente no anterior mandato autorização para assunção de um compromisso plurianual de aproximadamente seis milhões de euros (6.000.000€). Tal seria facilmente concretizável na Assembleia Municipal de 11 de setembro de 2017, mas as evidências documentais demonstram que tal não aconteceu. Por quê, não sei. Defender os interesses dos Marcoenses e do município seria que o anterior Executivo do PSD, após as aprovações da Câmara e da Assembleia Municipal, que nunca existiram, tivesse submetido tal ato a processo de visto do Tribunal de Contas. As evidências documentais demonstram que tal não aconteceu. Por quê, não sei. Defender os interesses dos Marcoenses e do município seria que os anteriores Executivos do PSD se tivessem lembrado antes, durante toda a governação de doze anos, da suposta prudência que usaram para este caso, na prevenção de uma possível litigância interminável em tribunais. Passo a citar a informação produzida pelo anterior Executivo, onde se lê o seguinte – início de citação: “Os procedimentos concursais que se têm vindo a realizar acabam por se encaminhar para uma litigância interminável nos tribunais, com prejuízos e incómodos para as partes envolvidas, e mais importante, para as populações.” Fim de citação. Tenho fundadas dúvidas que uma mera adivinhação de uma suposta litigância futura possa ser motivo legítimo, e nem me quero meter pela legalidade, para se evitar liminarmente um procedimento concursal de aproximadamente seis milhões de euros (6.000.000€). Só lamento que os Executivos do PSD não tenham usado sempre da mesma prudência apregoada neste caso, e não tenham olhado o oráculo para prever, em inícios de 2008, que uma irresponsável modificação unilateral do contrato de concessão de água e de saneamento teria como corolário uma litigância futura interminável nos tribunais com a empresa Águas do Marco, e colocaria o futuro dos Marcoenses na sombra de uma potencial indemnização de mais de vinte milhões de euros (20.000.000€). O oráculo do PSD aqui, infelizmente, não funcionou.

Critérios são e serão sempre as escolhas de cada um, a coerência dos nossos atos – ou como no caso, a falta dela – é marca indelével que sempre nos perseguirá. Cabe ao Executivo atual e à composição atual da Assembleia Municipal, após solicitação do Tribunal de Contas, ratificar o ato e autorizar o compromisso financeiro assumido pelo anterior Executivo, sem que em nada tenham contribuído para o desfecho do ato de não oposição a esta renovação contratual.

Assim, muito embora todos os considerandos anteriores, é minha opinião, com a informação que tenho à data, que a não autorização desta Assembleia para a assunção deste compromisso plurianual traria para o município danos financeiros potenciais, litigâncias, estas sim dispensáveis, e possível descontinuidade no serviço de recolha, limpeza urbana, que a todo o custo devemos responsabilmente evitar.

Face ao exposto, votarei favoravelmente esta proposta, nas condicionantes antes descritas.”

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Obrigado, Sr. Deputado. Se me permite, a minha preocupação é respeitar o Regimento. Se o senhor for autorizado pela Sra. Presidente, evidentemente que eu vou permitir; se não for, não posso.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, posso usar da palavra para responder?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Só um bocadinho. Eu, como jurista, gostava de fazer algumas observações, mas obviamente que na qualidade em que estou, entendo dever ficar calado, e acima de tudo quero respeitar o Regimento.

A Sra. Presidente disse alguma coisa que eu não percebi. Quer responder às questões? Faça favor de responder. Não, eu estou a dar oportunidade à Sra. Presidente de ela se pronunciar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação aos Srs. Deputados que fizeram aqui intervenção, acho que posso responder à intervenção, ou fazer uns considerandos sobre a intervenção que o Sr. Deputado Luís Vales aqui fez. O Sr. Deputado disse que esta Assembleia necessita de ser cabalmente esclarecida, e de facto, eu achei que esclareci cabalmente esta Assembleia. E se o senhor não estava cabalmente esclarecido, conforme disse, devia, no mínimo, ter-me feito questões, e o senhor não me fez nenhuma. Por isso, se tem questões a colocar, deve colocá-las a mim, porque a Sra. Presidente da Câmara está cá para esclarecer o assunto. O senhor, efetivamente, usou da palavra e não fez uma pergunta, Sr. Deputado, uma. Por isso, se não está cabalmente esclarecido é porque não quer ser esclarecido, porque eu cá estou para esclarecê-lo.

E depois, Sr. Deputado, dizer-lhe que o senhor pede transparência, foi o que não houve neste processo, Sr. Deputado. Se o senhor estivesse a ouvir o que eu lhe disse, esta deliberação tinha que ter ido a Reunião de Câmara, não foi; tinha que ter ido a reunião da Assembleia Municipal, não foi; tinha que ter sido enviada para o Tribunal de Contas, não foi. Transparência foi o que não houve aqui, mas foi pelo anterior Executivo, Sr. Deputado.

E dizer-lhe, sobre os considerandos que o senhor fez – que não foram perguntas, foram considerandos – o senhor diz que esta renovação, do seu ponto de vista, é positiva. Se é positiva, ou não, vamos deixar que o Tribunal de Contas se manifeste em relação a ela. Sr. Deputado, se ela é positiva, ou não, nós só podemos dizer que ela é positiva comparando-a com outra, e isso não aconteceu, Sr. Deputado. Esta proposta que aqui foi apresentada, e sobre a qual os senhores vão ter oportunidade de se manifestar, é vantajosa, ou nós só poderíamos tirar a conclusão de que ela era vantajosa se tivéssemos outra para comparar com ela, e não temos, Sr. Deputado. E aqui, eu até expliquei e citei os técnicos da Câmara, o que se pediu ao Executivo anterior foi que fosse ao mercado, para exatamente comparar a proposta – essa dita que o senhor diz que é mais proveitosa – com outra, que poderia ser ainda mais proveitosa – não sabemos, porque o anterior Executivo decidiu não abrir concurso, decidiu renovar automaticamente o contrato. E por isso, dizer que esta é a proposta mais vantajosa, Sr. Deputado, o senhor não o pode dizer, porque o senhor não conhece outras, só conhece esta.



Esta é a mais vantajosa porque é a única que existe, é a única que está em cima da mesa, o Executivo anterior decidiu não pedir mais propostas a mais ninguém. Aliás, até queria deixar aqui uma nota: há uma informação assinada pelo Sr. Vereador do pelouro que diz que não foram pedir preços à Resinorte – que na altura, e ainda é a entidade responsável pela recolha seletiva de resíduos – porque não houve qualquer manifestação de vontade ou de disponibilidade para assumir essa recolha e gestão. Mas, eu queria dizer-lhes que a Resinorte nem sequer faz recolha de resíduos, a Resinorte não tinha que ser ouvida. A Resinorte não faz o que faz a empresa que está cá hoje, a FCC. Por isso, dizer que não se ouviu a Resinorte porque eles não queriam, isso é uma falsa questão, a Resinorte nem podia fazer esse trabalho. O que está aqui em causa é que a Câmara Municipal, o anterior Executivo, tinha até 25 de agosto de 2017 para não se opor à renovação do contrato com a FCC, e não o fez até à data. Ou seja, quando tomou esta decisão com base numa proposta, devia tê-lo feito antes de 25 de agosto de 2017, fê-lo em cima do prazo, não teve em atenção os procedimentos que garantissem a legalidade desta proposta, que era trazer a deliberação de Câmara, trazer a deliberação da Assembleia e mandar para o Tribunal de Contas. E como foi aqui dito, porque são factos que estão em cima da mesa, teve essa oportunidade, teve todas as oportunidades, e não o fez.

Srs. Deputados, o que está aqui em causa é isto, é uma deliberação que foi tomada pelo anterior Executivo, que o Tribunal de Contas agora põe em questão, e que este Executivo já levou a Reunião de Câmara, onde o Sr. Vereador esteve e onde votou, e teve oportunidade de se manifestar em relação a isto, e onde, após a decisão da Reunião de Câmara, é agora trazido à Assembleia Municipal para os Srs. Vereadores se pronunciarem sobre ela. É só isto que está aqui em causa, factos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado.

Ora, eu passava de seguida à votação do Ponto n.º 3.6. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria. Faça favor, então, está entregue.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Aprovação em minuta do Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da adesão do Município de Marco de Canaveses à Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.3, foi aprovado por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, e treze (13) abstenções. Alguém vota contra ou se abstém neste ponto? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação de recrutamento para cargo de direção intermédia de segundo grau – Chefe de Divisão de Contratação e Aprovisionamento – Designação de júri de recrutamento. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação do resultado de procedimento de recrutamento de Juizes Sociais. O mesmo foi aprovado por unanimidade,



com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Último ponto, Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da renovação do contrato de prestação de serviços para “Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final, limpeza e varredura urbana”. Depois de discutido, foi aprovado por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor, e uma (1) abstenção. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, muito obrigado, e continuação de um bom fim de semana.